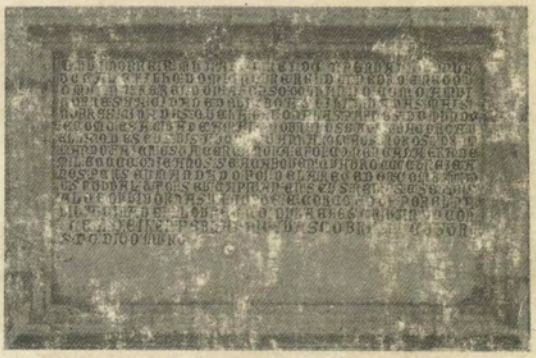
A. VIEIRA DA SILVA

Engenheiro Militar pela Antiga Escola do Exército
Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa
Académico Titular da Academia Portuguesa da História
Sócio Efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses

A CERCA FERNANDINA DE LISBOA

VOLUME I

2.ª edição



INSCRIÇÃO DAS PORTAS DA MOURARIA

LISBOA
1 9 8 7

P

A CERCA FERNANDINA DE LISBOA

AU30-P

A. VIEIRA DA SILVA

Engenheiro Militar pela Antiga Escola do Exército
Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa
Académico Titular da Academia Portuguesa da História
Sócio Efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses

A CERCA FERNANDINA DE LISBOA

VOLUME I

2.ª edição

CP 126P
C. M. L.
GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES
RP 252

LISBOA
1 9 8 7

1.ª edição 1948

PREFÁCIO

Quando em 1893 obtivemos o nosso diploma de engenheiro militar, trazendo grande bagagem de ideias sobre fortificações que só nos livros haviamos visto, mas ignorando tudo ou quase tudo o que no nosso país havia a esse respeito, pensámos fazer o estudo do que na nossa capital se havia feito sob o ponto de vista histórico-defensivo, e como ela se havia procurado defender, em épocas passadas, contra os ataques do estrangeiro.

Elaborámos para isso um programa que começava pelo estudo de organização defensiva de Lisboa na Idade Média, que, com o andar dos tempos, esperavamos prolongar até à actualidade, dentro do que era possível dizer-se.

Na conformidade com esse programa publicámos as três obras seguintes:

O Castelo de S. Jorge em Lisboa (1898; 2.ª ed. 1937);

A Cerca Moura de Lisboa (1899; 2.ª ed. 1939);

As Muralhas da Ribeira de Lisboa (1900; 2.ª ed. 1940/41); e propunhamos-nos concluir esse estudo referente à Idade Média, com a descrição da Cerca Nova ou Fernandina, para o qual desde 1898 começámos a juntar uma grande massa de extractos de documentos, especialmente do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa e da Torre do Tombo, no que fomos muito auxiliados pelo nosso bom e falecido amigo Pedro Augusto de Azevedo, paleógrafo e Conservador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Por várias circunstâncias não pudemos realizar o nosso intento, e conservávamos esses apontamentos guardados, quando, há pouco tempo, animados pelas palavras amistosas e de incitamento do nosso amigo e mui distinto investigador e arqueólogo Luís Pastor de Macedo, resolvemos ordená-los e formar com eles um corpo de doutrina, acompanhando esse trabalho de gabinete com a visita e inspecção a toda a linha de muralhas da cerca de D. Fernando, com pesquisas e indagações nos locais, com o levantamento topográfico de certos trechos da cidade por onde passavam as muralhas (1), e com o confronto de mapas e plantas topográficas, que reduzimos à mesma escala, a fim de as poder sobrepor, acertando os pontos conhecidos e não duvidosos, para se deduzir por eles os pontos incertos.

Além destas fontes, tivemos, evidentemente, necessidade de nos socorrer dos valiosos estudos de escritores contemporâneos, alguns já falecidos, e principalmente dos trabalhos dos queridos amigos e mui ilustres olisipógrafos G. de Matos Sequeira, L. Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, a quem pedimos nos relevem o termos ido às suas searas fazer uma tão abundante quão preciosa colheita.

Alguns casos ficaram ainda indecisos, e outros completamente insolúveis, porque, além de terem desaparecido vários troços de muralhas, muitas torres, e todas as portas, não existem documentos conhecidos que permitam reconstituí-los como eram na sua origem.

Diligenciámos usar o maior rigor, para que o trabalho se aproximasse o mais possível da exactidão, tanto sob o aspecto topográfico, como do histórico.

Aos nossos amigos que, com os seus conselhos e informações nos incitaram ou auxiliaram nesta tarefa, aqui deixamos consignado o nosso maior agradecimento.

(1) Deste serviço foi encarregado o topógrafo da Câmara José da Costa Lima, que mui eficaz e inteligentemente o desempenhou, pelo que mui grato lhe ficámos.

QUESTÕES PRELIMINARES

PALAVRAS DUM MESTRE

Reconhecida inútil, nos fins do 3.º quartel do século XIV, para a defesa de Lisboa, a cerca de muralhas mouras ou visigóticas que então envolviam o povoado da cidade, e insuficiente para a protecção dos extensos bairros habitados e comerciais que se haviam formado dum e doutro lado da antiga cidade mourisca, resolveu o Rei D. Fernando — depois do assalto, roubo e incêndios que à cidade havia infligido em 1373 o exército do Rei D. Henrique de Castela — mandar construir, nesse mesmo ano, uma nova cinta de muralhas, como era uso na Idade Média, para defender a capital do Reino contra nova e provável investida do exército castelhano.

Esta linha de muralhas ficou conhecida por Cerca Nova, em oposição à Cerca Velha ou Antiga, e também por Cerca de D. Fernando ou Fernandina, designações evocadoras do rei que a mandou construir.

Vamos transcrever o trecho em que o cronista Fernão Lopes nos explica, melhor que a nossa fraca prosa, em termos claros e concisos, e em brilhante estilo, os motivos, orientação e organização de como as coisas se passaram para a construção da forte cintura de defesa que, poucos anos depois, em 1384, defendeu eficazmente das arremetidas do exército

castelhano, comandado pelo próprio Rei D. João I, os habitantes e a cidade de Lisboa, e salvou porventura a independência de Portugal.

Como elRei Dom Fernamdo mandou cercar a çidade de Lixboa

«Em ordenamdo elRei estas cousas que avees ouvijdo, «partio Devora, e veosse a Lixboa, e começou de cuidar «no mal e dano, que o poboo da çidade avia reçebido per «duas vezes dos Castellaãos, e como espiçiallmente ouverom «gram perda os moradores de fora da cerca, em gramdes e «fremosas casas, e mujtas alfayas, e outras riquezas que levar «nom poderom comssigo, quando elRei de Castella veo sobre «ella; e esto por que mujtas das mais ricas gentes moravom «todos fora, em huum gramde e espaçoso arravallde que havia «arredor da çidade, des a porta do ferro ataa porta de Samta «Catellina, e des a torre Dalfama ataa porta da Cruz. E «veemdo elRei como esta soo çidade era a melhor e mais pode-«rosa de sua terra, e que em ella prinçipallmente estava a «perda e defenssom de seu reino, des i como fora danificada «dos emmijgos per fogo, e outros malles que avia recebidos, «de que el tijnha gramde semtido; determinou em sua voom-«tade de a çercar toda arredor, de boa e defemssavel çerca, «de guisa que nenhuum Rei lhe podesse empeeçer, salvo com «gramde multidom de gente, e fortes artefiçios de guerra. E «fallamdo esta cousa com alguuns de seu comsselho, bem se «mostrava que prazia a poucos, achamdo tantas contradiçooens «a se nom poder fazer, por a obra seer gramde, des i as gentes «mujto mimguadas da guerra passada, que mais pareçia cousa «nom pera fallar, que aaquel tempo em tal feito poer maão: «e porem se geerava na voomtade de todos, posto que gram «defeito desto ouvessem, huuma tal comtradiçom, que ne-«nhuum penssava seer cousa pera acabar, posto que começada «fosse, e quasi impossivel de seer: mas por que nom ha cousa «por gramde e alta que seia, que a voomtade do poderoso «homem nom traga aa execuçom, se em ello poser booa fe-«mença, pareçeo a elRei Dom Fernamdo, que esto com a

«ajuda de Deos e seu boom emcaminhamento, era cousa pera «muj çedo vijnr a fim. E aos da çidade bem lhe prazia de a «çercarem, por o dano que reçebido aviam; nom lhe pesamdo, «mas maravilhavom-se, por que todallas novas cousas pareçem «muj asperas e duras de fazer, ante do seu primeiro começo. «Emtom elRei seemdo presemte, leixando todallas contrayras «razooens que cada huum dizer podia, hordenou per hu ou-«vesse de seer çercada, devisamdo o modo como fosse feita, «e a maneira que se em todo ouvesse de teer; e mandou que «servissem em ella per corpos ou per dinheiro, pera seer «apressa çercada, estes seguimtes logares, a saber: da parte «do mar, Almadaã, Sezimbra, Palmella, e Setuval, Couna, e «Benavemte, e Çamora correa, e todo Ribatejo; e da parte «da terra, Sintra, Cascaaes, e Torres vedras, e Alamquer, e «a Arruda, e a Atouguia, e a Lourinhaã, Tilheiros, e Mafra, «Poboos, e Cornagaa, e Aldeagallega; assi os moradores dos «logares, come dos termos: e huuns serviam per adua, e ou-«tros davom çertas fornadas de cal, a qual tragiam aa sua «custa aa çidade em barcas. E deu elRei pera ajuda de taaes «despesas, todollos residoos da çidade e seu termo. E foi logo «acordado, que começassem de çercar primeiramente da porta de «Martim Moniz vijmdo pera a porta de Samto Amdre, des i «per Samto Agustinho e per Sam Viçente de fora, e assi pella «ribeira ataa torre de Sam Pedro: e a razom por que ouverom «acordo de çercar primeiro daquella parte, foi por que desse-«rom, que a gente daquella comarca era mais pobre que a «que morava da parte da rua nova, e que em quamto hi avia «avondo das cousas que pera ello compriam, e as gentes no «começo serviam com prazer e de boamente, que em tanto «çercassem aquella parte; por que depois que fosse çercada, «se as gentes se enfadassem, que os que moravam da parte «da rua nova, que eram gentes mujto mais ricas, trabalha-«riam mujto por se çercar toda, e nom lhe vijnr per mingua «de çerca semelhamte perda da que ja ouverom. E começa-«rom de lavrar o muro della, postumeiro dia de setembro da

«era em çima escripta de quatro çentos e omze anos, e deu «elRei carrego pera a mandar fazer a Gomez Martins, corre-«gedor na dita çidade. Açerca do logar onde lavravom, avia «praças de pam e de vinho, e doutros mantijmentos, e alli «faziam audiençia a todollos que amdavom servimdo, que «demandados eram por quaes quer cousas, por nom seerem «torvados da servemtia. E per esta guiza, com a ajuda de «Deos, foi de todo muj çedo çercada, ca ella foi começada «em quatro çemtos e omze, e acabouse em quatro çemtos e «treze; assi que ainda nom durou tres anos em se çercar. Do «a quamtos semtidos e orelhas dhomeens avorreçeo aa pri-«meira ouvjr que Lixboa avia de seer çercada, que depois «damdo a Deos mujtas graças, diziam que per aazo de seu «çerco, como era verdade, na seguinte guerra se gaanhara «todo Portugal. Mujtos aa primeira malldiziam o Rei que «tal obra mandou fazer, que depois maravilhamdosse como «fora tam aginha, o louvavom mujto, teemdolho em gramde mercee.» (1)

Além desta memória literária da mais importante obra de fortificação que em Portugal se fez na Idade Média, e que nos deixou o ilustre cronista Fernão Lopes, outra ficou gravada em pedra, que também felizmente ainda se conserva e pode ver. É a inscrição comemorativa, que foi afixada nos muros duma das principais portas da Cerca, e que se acha hoje aplicada na fachada dum prédio do largo que resultou da demolição das casas entre a Rua Martim Moniz e o Largo Silva e Albuquerque, o qual, conquanto não tenha denominação oficial, o público baptizou com o nome de Largo Martim

(1) *Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza dos reinados de D. Dinis, D. Affonso IV, D. Pedro I e D. Fernando.* Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pela Commissão de História da mesma Academia. — *Chronica do senhor rei D. Fernando, nono rei de Portugal,* 1816, capítulo LXXXVIII, pág. 311.

Moniz. Talvez não seja esse o nome que a vereação virá a dar-lhe, mas para simplificar as referências, continuaremos a chamar-lhe, no presente trabalho, Largo Martim Moniz.

Da inscrição trataremos minuciosamente neste estudo.

FONTES DO PRESENTE TRABALHO

A Fernão Lopes foram os nossos historiadores e escritores dos séculos XVI ao XVIII, que sucessivamente se sucederam até Frei Apolinário da Conceição (1750) (V. a Nota final n.º 1), buscar os elementos para as suas descrições da cerca fernandina, reproduzindo-os quase pelos mesmos termos, mas geralmente sem lhes aditarem novos pormenores resultantes de pesquisas ou estudos a que pessoalmente tivessem procedido.

Em 1572 começou um editor alemão de Colónia *(Colonia Agrippina)*, Jorge Bráunio, a publicar uma série de albuns com vistas panorâmicas de cidades e de povoações importantes do mundo, gravadas em cobre, de que o 5.º volume (²), editado em 1596, contém na 2.ª estampa uma vista *Olissippo*, da cidade de Lisboa.

Esta vista é uma perspectiva aérea da cidade, ou tomada de um ponto alto imaginado acima do Tejo. Tem na margem inferior uma legenda remissiva dos edifícios e locais representados na estampa, e deles constam os nomes das Portas e Postigos da Cerca Fernandina, alguns dos quais estão errados ou deslocados.

A vista é bastante esquemática e fantasiosa, parecendo ter sido elaborada em presença duma planta topográfica de Lisboa, que se desconhece, e por desenhadores que aqui teriam vindo tomar notas e esboços, para com eles organizarem, no seu país, a vista panorâmica que lá foi editada. Apesar das

(²) *Vrbivm Pracipvarvm mvndi theatrvm qvintvm.* — Avctore George Bravnio Agrippinate — s/d. (posterior a 1596).

incorrecções que contém, é a estampa muito preciosa, por nos fornecer elementos de estudo daqueles remotos tempos, que só nela se encontram.

À mesma foi buscar, em 1750, Frei Apolinário da Conceição, os dados ou elementos para a sua descrição da Cerca Fernandina, que, com grande minuciosidade, foi a primeira que se publicou.

Depois deste autor, só no 2.º quartel do século XIX é que António Joaquim Moreira nos fornece, em 1838, uma descrição da cerca e das suas portas ([3]), baseada na de Frei Apolinário, e apresentando, pela primeira vez, a transcrição da lápide comemorativa da construção da cerca fernandina, que estava na Porta da Mouraria, e de que trataremos adiante.

Eduardo Freire de Oliveira (1894), autor da preciosa compilação de documentos para a história do Município de Lisboa, se não fez pesquisas nos locais, aproveitou os elementos do Arquivo da Câmara, de que era arquivista, para uma descrição da cerca, em que a sua intervenção crítica já permitiu completar e elucidar certos pontos escuros de anteriores descrições ([4]).

Os autores que se seguiram têm-se todos limitado a aproveitar o que já encontraram escrito, sem que tivessem procedido a indagações.

Nós, além das pesquisas directas que fizemos em todo o trajecto da cerca nova, como mencinámos, não pudemos, evidentemente, deixar de recorrer aos mapas e escritos dos nossos antecessores, e aos documentos oficiais da Câmara Municipal e da Torre do Tombo, como base para a história e descrição da cerca.

([3]) *O Panorama*, vol. II, n.º 78, 1838, pág. 338.

([4]) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo VIII, 1894, págs. 179 e segs., nota.

De muito auxílio nos serviu a *Planta da Cidade de Lx.ª... Delineada por João Nunes tinoco Architecto de S. Mg.de Anno 1650* (5), especialmente para nos orientar nos sítios onde já não existem vestígios da muralha da cerca, e para identificar outros duvidosos. Mostra ela, *a vermelho*, as muralhas de quase toda a cerca, como ainda se conservavam em 1650.

Ampliámos para a escala 1:1.000 alguns trechos desta planta, cujo original é feito em várias escalas, mas que em média regula por 1:2.600, do que resulta estar muito errada, tanto no que respeita a dimensões como a ângulos.

De resto, nós não conhecemos a Planta de Tinoco — que devia estar no Arquivo Militar, mas que se extraviou — senão pelas suas cópias, sendo possível que os copistas tenham nelas introduzido novas incorrecções.

Utilizámos, como base topográfica exacta, a Planta da Cidade de Lisboa levantada em 1856/58, na escala 1:1.000, pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Cadastrais e Topográficos do Reino, sobre a qual traçámos a tinta encarnada, em mapas parciais, os muros, torres e portas da cerca fernandina, subordinados às convenções de troços *existentes*, a traço cheio, *desaparecidos mas cuja situação se conhece*, a tracejado paralelo, de troços cuja *existência ou situação é apenas conjectural*, a ponteado.

Sobre esta planta sobrepuzemos os trechos correspondentes da planta ampliada de Tinoco, ajeitando estes, fazendo coincidir pontos certos ou menos duvidosos, e deduzimos por esta forma, com muita aproximação, certos troços da muralha e torres desaparecidas ou incertas, como diremos.

Para o desenho dos mapas parciais considerámos o observador situado no interior da cidade, excepto no dos lanços ao

(5) Um estudo completo sobre esta Planta encontra-se em *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, por J. de Castilho, 2.ª ed., vol. VII, 1936, pág. 275. — V. também *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pelo autor, 2.ª ed., vol. I, pág. 20.

longo da Ribeira, tanto do lado ocidental como do oriental, em que o figurámos sobre o Tejo, para nunca voltar as costas ao norte. Resultou disso deverem alguns mapas ser referenciados da direita para a esquerda, como neles indicamos por meio de setas.

Para o estudo da toponímia no século XVI é muito proveitoso o *Livro de Lançamento e Serviço que a cidade de Lx.ª fez a elRei Nosso Senhor, em o anno de 1565*, e para a reconstituição topográfica no mesmo século são valiosos os *Livros 1.º e 2.º do Tombo das propriedades foreiras á camara desta muy insigna cidade de Lixboa collegidas e relatadas per o licenciado Luiz Lourenço juiz do dito tõbo*, que abreviadamente designaremos por *Tombo de 1573*, o qual foi mandado elaborar pelo alvará do Rei D. Sebastião, de 8 de Junho de 1573 (6); e bem assim o *Tombo da Cidade de Lisboa*, mandado organizar pelo Decreto de 29 de Novembro de 1755, que se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

São também preciosos elementos de estudo os relatórios, publicados em *Elementos para a História do Município de Lisboa* (7), das vistorias aos muros, torres e portas da cidade, em 1625 e em 1650, com o fim de se fazerem as obras para o seu reparo, e para a organização defensiva da cidade, na eventualidade de ser atacada.

Além das fontes citadas, tivemos de nos socorrer de várias obras de escritores antigos, e de trabalhos de estudiosos olisipógrafos contemporâneos, que nos respectivos lugares citaremos.

(6) Ambos estes valiosos códices pertencem ao Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Do primeiro está-se fazendo uma reprodução impressa (1948).

(7) Tomo III, pág. 163. — Tomo V, pág. 200.

TRAÇADO DA CERCA E DISPOSIÇÕES CONSTRUTIVAS

O traçado geral da cerca fernandina está já muito estudado e divulgado, mas é conveniente descrevê-lo aqui em curtas palavras, para fazer a ligação com a descrição minuciosa que se desenvolve adiante.

A cerca moura, que limitava a cidade muçulmana de Achbounah, mãe da nossa Lisboa, ocupando o Monte do Castelo de S. Jorge e a sua vertente sul até ao Rio Tejo, tinha em planta a forma vagamente trapezoidal, com os lados paralelos na direcção leste-oeste, e os outros lados convergentes na direcção sul-norte.

Depois de entrar na posse de cristãos em 1147 foram-se criando, da banda de fora dos lados oblíquos da planta da cidade moura, zonas urbanizadas, que do lado ocidental constituiam o arrabalde que chamamos A Baixa, com prolongamentos para o Monte de Sant'Ana para o norte, e para os Montes de S. Roque e de S. Francisco para o poente; e que do lado oriental formavam o Bairro de Alfama, com ramificações para o Monte da Graça para o norte, e para S.ta Clara para o nascente.

Esses territórios anexados à área primitiva da cidade ficaram cercados e limitados pela cerca fernandina, constituída por lanços de muralhas, guarnecidos de torres, que designaremos, os da banda da terra, por Lanço Ocidental, e Lanço Oriental, e por Lanços Marginais ou Fluviais, os que corriam ao longo da Ribeira da Cidade, dos lados ocidental e oriental da cerca moura, fechando, com o lanço meridional desta cerca, e com o setentrional do Castelo de S. Jorge, o recinto da cidade delineado por D. Fernando.

Começava o lanço ocidental da cerca fernandina no Castelo de S. Jorge, inserindo-se na muralha deste entre as torres

que designámos pelos n.os 6 e 7 no nosso trabalho sobre o Castelo (8).

Descia ao vale da Mouraria, que atravessava no sítio do actual Largo Martim Moniz; subia a encosta do Monte de Sant' Ana até ao cruzamento da calçada deste nome com a Rua Martim Vaz; descia ao vale da Avenida, que atravessava no sítio da Travessa do Forno e Praça de D. João da Câmara; subia até ao actual Largo de S. Roque; e dele descia em direcção ao Tejo, passando pelo Largo do Chiado e Esplanada Bragança, de onde voltava para o nascente até ao sopé da actual Travessa do Cotovelo.

Neste sítio começava o lanço marginal ocidental, ao longo da margem do Tejo, fechando a embocadura do vale da Baixa, até se inserir nas muralhas da cerca moura, um pouco a nascente do actual Arco Escuro. Este lanço marginal da cerca, já foi estudado no nosso trabalho sobre *As Muralhas da Ribeira beira de Lisboa,* para o qual remetemos os leitores.

O lanço ocidental da cerca fernandina, desde o Castelo de S. Jorge, por Sant'Ana e S. Roque até ao Corpo Santo, media $2^{km},05$; e o lanço meridional desse lado, desde o Corpo Santo até ao edifício da Misericórdia, media $0^{km},72$; encerrando estes dois lanços, com o ocidental da cerca moura, uma área anexada, com $61^{hm2},27$.

O lanço oriental da cerca entroncava igualmente no Castelo de S. Jorge, numa torre desaparecida, mas que se vê desenhada na Planta de Tinoco (1650), entre as torres que numerámos 36 e 51; descia pela encosta do Monte do Castelo até ao local onde existiu o Arco de S.to André; subia o Monte da Graça; descia pela vertente oriental deste em di-

(8) *O Castelo de S. Jorge, em Lisboa,* 2.ª ed., 1937, pág. 21.

recção ao Rio Tejo, atravessando o terreno dos edifícios do Mosteiro de S. Vicente e da Fundição de Cima, até ao sítio do Arsenal do Exército, ou Largo do Museu de Artilharia.

Aí fazia a cerca um ângulo quasi recto, voltando para o poente ao longo da Ribeira do Tejo, constituindo o lanço marginal oriental, que se ia ligar à Torre de S. Pedro ou de Alfama, da cerca moura de Lisboa.

O lanço oriental da cerca fernandina, desde o Castelo de S. Jorge, pela Graça, até ao Largo do Museu de Artilharia, media $1^{km},38$; e o lanço marginal oriental, desde este Largo até à Torre de S. Pedro ou de Alfama, media $0^{km},54$; limitando estes dois lanços, com o oriental da cerca moura, uma superfície territorial anexada, com $26^{hm2},65$.

Portanto, a área da cidade abrangida pela cerca fernandina, somada com a que a cidade já possuia, era a seguinte:

	hm2
Zona ocidental anexada	61,27
Zona oriental, idem	26,65
Área compreendida dentro da cerca moura	15,68
Total em hm2	103,60

A linha da periferia da cidade, na mesma época, media:

	km
Cerca fernandina:	
Lanço ocidental	2,05
» marginal ocidental	0,72
» oriental	1,38
» marginal oriental	0,54
Cerca moura: Lanço marginal	0,49
Castelo de S. Jorge: Lanço entre os dois pontos da inserção da cerca nova	0,17
Total em km	5,35

Tais eram as dimensões da cidade nova fechada pelo Rei D. Fernando, pelas quais se nota, no que respeita à sua área, que ela era cerca de 6,6 vezes superior à da cidade velha ou mourisca, que media $15^{hm^2},68$ (9).

Não pode afirmar-se que o traçado da cerca fosse magistralmente delineado por D. Fernando (é Fernão Lopes quem nomeia o autor), sob o ponto de vista da poliorcética, o que deve talvez atribuir-se a motivos de ordem económica, pois que os pontos altos atingidos pela cerca, tais como os montes de S. Roque e de Sant'Ana, ficavam dominados do campo que se estendia às suas frentes, do qual podiam ser batidos fàcilmente pelos tiros das armas de arremesso então usadas.

As muralhas, tanto quanto se pode saber hoje, eram de alvenaria, umas inteiramente maciças, e outras formadas por dois muros paralelos de alvenaria, com cerca de $0^m,5$ de espessura, cujo intervalo era preenchido com taipa muito calcada. Possuia esta última estrutura, como tivemos ocasião de examinar em 1900, quando estava sendo demolido, o muro que descia da Costa do Castelo até à Mouraria; e assim se explica a facilidade com que um seu proprietário pôde muito à vontade escavar a taipa e formar um túnel ou galeria por dentro do muro, para seu serviço privativo, como veremos.

A muralha da cerca tinha altura variável, regulando por 8^m; a bitola da espessura parece que foi fixada em 8 palmos de craveira ($1^m,75$), ou 10 palmos ($2^m,20$) (10), conforme a maior ou menor vulnerabilidade que se atribuía ao locais; mas

(9) Estes números foram por nós obtidos, mas não temos a pretensão de os julgar exactos. Servem apenas para dar uma ideia, muito aproximada, das proporções desta obra de fortificação.

(10) *...o paredão terá des palmos de groço com suas ameas, como terão* (têm) *os mais.* — *Elementos,* etc., tomo III, págs. 167 e 168.

ou de origem, ou porque tivessem sido demolidos parcialmente, ou devido a reconstruções, encontram-se hoje nos muros conservados, ao longo do traçado, espessuras variadas, além das citadas.

Na parte superior dos muros, o adarve, andaimo, passagem ou *serventia*, ainda permanece visível nalguns sítios; era guarnecido de ameias do lado exterior da cidade, as quais todas desapareceram.

Como a muralha acompanhava as inflexões do terreno, o adarve, quando a inclinação deste era grande, tinha uma disposição em escadaria, como ainda vemos na quadrela entre o Castelo de S. Jorge e a Torre de S. Lourenço, na Costa do Castelo, e se distingue no lanço superior da muralha ao longo da Calçada Nova do Colégio, no pátio ao fundo do Palácio Almada, e noutros pontos.

O acesso ao adarve dos muros fazia-se por meio de escadas de pedra, umas encostadas ou pegadas aos muros, e outras perpendiculares à direcção deles.

De algumas encontra-se menção nos documentos, a que nos referiremos nos lugares respectivos ([11]). Têm desaparecido quase todas, conservando-se algumas do primeiro tipo na Rua do Arco da Graça, na torre de Sant'Ana, no pátio do Palácio Almada *(Palácio da Independência)*. Do segundo tipo pode ainda ver-se uma escada no Largo do Chafariz de Dentro.

Ignoramos se pelo interior de alguma torre existia a escada de acesso ao seu eirado, ou aos muros contíguos, a não ser no prédio n.os 22 a 30 da Rua do Ferregial de Baixo, se este porventura era uma torre.

([11]) Ver, por exemplo, o relatório da vistoria aos muros da cidade em 1625, em *Elementos*, tomo III, págs. 167 e 168.

Os muros e torres das cercas eram considerados propriedade da Cidade ou Concelho, por direito consuetudinário, e o seu conserto ou *repairo* era da competência dos proprietários confinantes, na extensão da sua *testeira, ca tal era o costume de Lisboa* ([12]).

A Câmara de Lisboa estava isenta, pela carta régia de D. Afonso V, datada de 8 de Setembro de 1467 ([13]), do imposto chamado *terças das obras,* ou *terças reais,* o qual consistia na aplicação da terça parte das rendas dos concelhos do Reino à construção e *repairo* dos muros e fortalezas ([14]).

Mas, não sendo sua obrigação, quando julgava necessário, espontaneamente a Câmara acudia aos reparos dos muros, não só com o terço, mas com a metade, e mesmo com duas partes *(dois terços)* das suas receitas ([15]). A dificuldade estava em arranjar-se o dinheiro, e para isso a Câmara várias vezes tinha de recorrer a expedientes para o conseguir ([16]).

Foi a obra da cerca fernandina realizada, como diz Fernão Lopes e a já mencionada inscrição comemorativa, em pouco

([12]) *Sentença do Rei D. Diniz,* de 18 de Junho da era 1334 (A. D. 1296), em *Elementos,* etc., tomo IV, pág. 317.

([13]) *Elementos,* etc., tomo I, pág. 329. — *Idem,* tomo IV, pág. 615.

([14]) Segundo Viterbo, este imposto durou até meados do século XIV. *Elucidario,* etc., por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, 2.ª ed., tomo II, pág. 251.

([15]) *Elementos,* etc., tomo IV, pág. 615.

([16]) Ou obtendo a quita duma dívida, 1366; *Elementos,* tomo I, pág. 242. — Ou aumentando a siza do vinho, 1378; *Idem,* id., pág. 251, — Ou fazendo a remissão a dinheiro, de certas penas, 1385; *Idem,* id., pág. 259. — Ou suspendendo o pagamento de todas as suas dívidas, 1393; *Idem,* id., pág. 295. — Ou aproveitando o produto de certas penas pecuniárias, 1434; *Idem,* id., pág. 316. — Ou obtendo a dispensa do pagamento do excesso duma derrama que havia sido lançada para as obras dos baluartes; 1511, *Idem,* id., pág. 415, etc.

mais de dois anos, de 1373 a 1375; há, porém, um documento de 1378 ([17]) que autoriza o aumento do imposto da sisa do vinho, para se *concluir a construção do muro da cidade*, o qual revela que a sua construção, ou pelo menos o acabamento, ainda se prolongou por alguns anos.

Avaliamos em 86.000^{m3} o volume da alvenaria empregada nas muralhas e torres, e em 824.000 o número de jornais de pedreiros e de serventes (em jornas de 10 horas), o que corresponde, em 2 anos (ou 600 dias de trabalho), a 1.400 obreiros diários. Adicionando a estes o pessoal operário de várias especialidades, carpinteiros, canteiros, ferreiros, carreiros, de administração, etc., que calculamos em 600, vê-se que, segundo os nossos cálculos, deviam ter sido empregadas na construção da cerca umas 2.000 pessoas, durante os dois anos que ela durou.

Se atendermos à pequena densidade da população do reino naquela época ([18]), ao enorme volume de materiais e à importância da mão de obra que teve de empregar-se, somos levados a suspeitar, conquanto não existam documentos que o confirmem, que a obra teria sido feita, pelo menos em parte, ou por presos, ou prisioneiros de guerra, ou em regime de trabalho forçado, apesar da convocação dos povos dos arredores, e das providências administrativas ordenadas para o achego dos materiais e para a alimentação e assistência aos obreiros.

Quanto ao custo provável da obra é que nada sabemos conjecturar, devido à ignorância, em que nos achamos, do preço dos materiais e dos salários naquela época.

Ou da rapidez da construção, ou da falta de bons operários, ou da pouca fiscalização, o certo é que por quaisquer motivos se ressentiu o acabamento do trabalho da cerca, a

([17]) *Elementos*, etc., tomo I, pág. 251, era 1416 (A. D. 1378).

([18]) A população de Lisboa foi computada, 58 anos mais tarde, em 63.750 pessoas. — V. *Á População de Lisboa, Estudo Historico*, pelo autor, 1919, pág. 12.

qual, pouco depois da sua conclusão, já estava arruinada em partes, e carecendo de reparações mais ou menos importantes, de que se conservam notícias ([19]).

Decorrido pouco mais de um século depois da conclusão, uma grande extensão do lanço oriental da cerca, desde o Postigo de S.to André subindo até à Graça, e descendo até ao Postigo de S. Vicente ou do Arcebispo, achava-se tão arruinado, que para o seu refazimento ou reparação foi necessário dar de arrematação, no ano 1510, o *corregimento e repayro homde os muros* (deste troço da cerca) *estam muyto denefficados* ([20]).

Passado o século XVI ainda se encontram referências a trabalhos nas obras de defesa da Cidade, mas não é fácil destrinçar os que se referem a simples reparos nas muralhas e torres da cerca fernandina, dos que dizem respeito às novas construções de trincheiras e plataformas para artilharia, que se começaram a erigir pelo meado do século XVII; a alguns desses trabalhos de reparações nos referiremos adiante.

Tinha a cerca em grande parte da sua extensão uma barbacã ou faixa de terreno contígua às muralhas, da banda de fora da cidade, limitada por um muro baixo ou palissada; nalguns sítios era munida de portas ([21]).

Deixaram-nos os documentos lembrança dessa barbacã em vários sítios, tais como: próximo do Postigo de Sant'Ana ([22]); ao norte do troço da cerca que subia do Rossio pela encosta

([19]) *Elementos*, etc., tomo I, págs. 259, era 1423 (A. D. 1385); 291, era 1429 (A. D. 1391); 295, era 1431 (A. D. 1393); 316, ano 1434, etc.

([20]) *Corpo Chronológico*, parte 1.ª, maço 8, documento n.º 46, ano 1509. — *Idem*, id., maço 9, documento n.º 33, ano 1510. — *Elementos*, etc., tomo I, pág. 409.

([21]) *Chronica delrey D. Ioam I*, por Fernam Lopez, 1.ª parte, ed. de 1644, pág. 198.

([22]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fl. 121 v.

do Monte de S. Roque ([23]); ao longo da actual Rua da Misericórdia até às Portas de S.ta Catarina ([24]); no sítio do Museu de Artilharia ([25]); e ainda noutros pontos que no seu respectivo lugar mencionaremos.

A largura da barbacã, naturalmente variável, regulava por 5,5 varas (6m) ([26]).

TORRES E CUBELOS DA CERCA

Usavam-se indiferentemente estas expressões, mas parece que as *Torres* eram especialmente as construções defensivas e de flanqueamento dos muros, que tinham dimensões maiores, tanto em secção horizontal, como em altura, que por vezes ultrapassava, em muito, a das muralhas contíguas, e ficavam geralmente situadas nos vértices dos salientes da cerca ou em pontos onde podiam servir também de atalaias; os *Cubelos* tinham só três paramentos à vista, ficando pegados às muralhas, cuja altura não excediam geralmente.

Diz-nos Fernão Lopes que no seu tempo, isto é, poucos anos depois de construída a cerca nova, tinha ela *setẽnta & sete torres arredor desy* ([27]); e depois deste, todos os autores têm repetido o mesmo número, sem se darem ao trabalho de as especificar.

Frey Nicolao de Oliveira diz que as torres da cerca nova eram *em numero setenta e quatro, além das que estão nos muros velhos que são tres* ([28]).

([23]) *Tombo de 1573*, livro 1.º, fl. 362.

([24]) *Tombo de 1573*, livro 1.º, fls. 370 e outras.

([25]) *Extremadura*, livro VI, fl. 39 v., documento de 1501. — Neste documento faz-se referência, além da barbacã, a uma *coiraça velha* da muralha, cuja disposição é hoje impossível compreender.

([26]) *Tombo de 1573*, livro 1.º, fls. 356 v. e 362.

([27]) *Chronica delrey D. Ioam I*, por Fernam Lopez, 1.ª parte, 1644, pág. 203.

([28]) *Livro das Grandezas de Lisboa*, ed. de 1804, pág. 85.

Pela resenha que fizemos das torres da periferia da cidade, na época da construção da cerca fernandina, como consta da Nota final n.º 2, vê-se que identificámos 76 torres, compreendendo, além das desta cerca, as da frente norte do Castelo de S. Jorge, as da cerca velha ou moura ao longo da Ribeira, e incluindo ainda as que presumimos que teriam existido em toda a periferia da cidade em 1377. Ignoramos, porém, quais eram as torres que Fernão Lopes incluia na sua contagem.

As quadrelas ou troços de muralha entre as torres tinham comprimentos variáveis, que podiam considerar-se, em média, iguais a 50^m.

Os cubelos eram geralmente maciços, e parece que também assim eram as torres maiores; mas havia algumas ocas, como no lanço oriental ao longo da Ribeira; uma destas, pelo que ainda se pode perceber, conserva a cobertura de abóbada; neste caso as suas paredes tinham a espessura corrente da muralha a que se achavam pegadas (torres da Ribeira, da Rua do Ferregial, etc.); as suas divisões interiores eram abobadadas. Ao tratarmos de cada uma especificaremos as suas particularidades.

Os terraços ou eirados das torres eram guarnecidos de ameias, como as muralhas, e as torres maiores tinham junto a elas a escada de acesso aos seus eirados, a qual também servia para a quadrela ou quadrelas contíguas.

As torres variavam de dimensões, sendo geralmente maiores as dos salientes da cerca, como dissemos. Os cubelos regulavam por $5^m \times 5^m$ na secção horizontal, e tinham a mesma altura que as quadrelas; as torres regulavam por $8^m \times 8^m$ na secção, e a altura atingia por vezes 15^m.

O Arquitecto J. Nunes Tinoco despresou o ensejo de nos deixar o conhecimento das dimensões exactas das secções horizontais das torres e cubelos, pois que as representou apenas

pelo seu contorno do lado da campanha, isto é, pela linha das ameias, e ocas para o interior da cidade, quando se sabe, pelas que se conservam, que não era normalmente essa a sua estrutura.

Uma grande parte das torres foi arrazada, ou totalmente, ou até uma certa altura, tendo-se neste caso sobre elas construído compartimentos dos prédios em que foram incorporadas; é o que acontece numa torre da Rua da Misericórdia, noutra da Calçada Nova do Colegio, e em mais.

PORTAS E POSTIGOS

Empregavam indiferentemente os antigos estas duas expressões para designar as aberturas ou vãos de serventia abertos nas muralhas da cerca; mas as *Portas* eram especialmente as serventias mais importantes e fortificadas, constituídas, algumas delas, por uma quadra ou recinto rectangular murado, com um ou dois vãos de portas nos seus muros dianteiro e posterior, e guarnecido o da frente com duas torres defensivas laterais; assim eram as Portas da Mouraria, de S.to Antão, de S.ta Catarina, e talvez a da Cruz. Algumas portas abriam-se ao lado ou contíguas a uma torre das muralhas.

Os postigos consistiam geralmente em simples vãos nos muros, com suas portas de madeira, junto de uma, ou entre duas torres ou cubelos.

O povo dava geralmente às portas e postigos da cidade o nome do objecto religioso que mais próximo delas existia (igreja, convento, imagem, nicho, etc.), e só excepcionalmente o de objecto profano (chafariz, estrebarias, etc.), ou de pessoa que perto dela morasse (Duque de Bragança, Ramoso, etc.).

As portas eram também designadas por vários nomes, conforme os objectos locais que impressionavam as pessoas que tinham de lhes fazer referência. (Postigo da Pólvora, etc.).

Na cinta de muralhas que fechava a cidade de Lisboa depois da construção da cerca de D. Fernando ficou incluído um pequeno lanço da frente norte do Castelo de S. Jorge, em que os antigos escritores contavam a Porta de Martim Moniz, e algumas vezes também a da Traição, e outros ainda a do Norte; e bem assim o lanço marginal da cerca moura, desde o edifício da Misericórdia até à Torre de Alfama ou de S. Pedro, em que incluiam as 3 portas seguintes ([29]):

Portas do Mar (hoje Arco das Portas do Mar);

Postigo do Conde de Linhares (actualmente Arco de Jesus);

Porta do Chafariz del-Rei (transformada).

Destas 6 portas, que não pertencem à cerca fernandina, não nos ocuparemos no presente estudo.

As portas da cerca fernandina, no tempo de Fernão Lopes, eram 38. Por ocasião do cerco de Lisboa, em 1384, *doze erão todo o dia abertas, e... dalgũas tinhão certas pessoas as chaues por razão dos bateis, que ataes horas hiam, & vinhão dalem com trigo, & outros mãtimentos... E outras chaues apanhaua hum homem cada noite, de que o Mestre* (d'Aviz, D. João) *muyto fiava, vendo primeiro como as portas ficauão fechadas, & lhas leuauão todas ao Paço, donde pousaua* ([30]).

([29]) Veja-se o nosso trabalho sobre *A Cerca Moura de Lisboa*. — 2.ª ed., 1939, págs. 102 e segs.

([30]) *Chronica delrey D. Ioam I*, por Fernam Lopez, 1.ª parte, ed. de 1644, págs. 203 e 204.

Na vista panorâmica *Olissippo* de Jorge Bráunio (1596) ([31]) estão desenhadas e nomeadas 35 portas na periferia da cidade, em que se incluem 12 situadas no lanço marginal da cerca fernandina, desde a Porta do Corpo Santo até à Porta Nova do Mar, uma do Castelo de S. Jorge, e as 3 nomeadas da cerca moura.

O número 38 de portas da periferia da cidade, mencionado por Fernão Lopes, foi conservado por todos os nossos escritores até ao meado do século XVIII, com excepção de João Brandão, que numera apenas 35 ([32]).

Aquele número foi desdobrado por alguns escritores, em 22 do lado da marinha, *por ser a parte mais nobre*, e 16 da banda da terra.

Frei Apolinário da Conceição (1750), primeiro escritor português que com mais individuação tratou das portas da cidade, guiando-se pelo citado autor alemão, conta 39 portas na periferia da cidade fernandina.

Este último escritor foi copiado pelos que no século XIX escreveram sobre o assunto, tais como António Joaquim Moreira ([33]), que numera as mesmas 39 portas no circuito da cidade.

Na resenha que fizemos das portas da cerca fernandina, e que consta da Nota final n.º 3, vê-se que identificámos 35 portas e postigos da periferia da cidade na ocasião da construção da cerca fernandina, incluindo as da frente norte do Castelo de S. Jorge, e as do lanço da cerca moura ao longo da Ribeira. Dessas primitivas portas existem hoje apenas 8, em que se compreendem as mouriscas.

([31]) No texto descritivo da estampa menciona este autor, copiando Damião de Goes, 38 portas.

([32]) *Tratado da Majestade*, etc., ed. de 1923, pág. 226.

([33]) *O Panorama*, vol. II, 1838, pág. 339.

Algumas portas da cidade tinham junto um posto onde se cobravam os direitos de entrada e de saída de mercadorias, idêntico aos extintos postos fiscais. Não se sabe quando foi criado esse serviço, mas no princípio do século XVI, segundo o foral de Lisboa reformado e mandado cumprir pelo Rei D. Manuel em 7 de Agosto de 1500, os postos eram os seguintes ([34]):

Porta da *Cruz;*

Porta de *Sancto André;*

Porta de *Sam Vicente* (da Mouraria);

Porta de *Sancto Antam;*

Porta de *Sancta Catherina;*

Porta de *Cata que farás.*

João Brandão diz em 1552, mas sem as nomear, que eram 4 as portas por onde os *mercadores que ẽtrã cõ mercadorias na çidade* ([35]), e Frei Nicolau de Oliveira ([36]) revela-nos, em 1620, que essas 4 portas eram:

Porta de Sancto Antão, pela qual *entram, hum dia por outro, ao menos 1500 cavalgaduras, carregadas ou de farinha dos moinhos, ou de mantimentos de fruitas, hortaliças, e outras cousas;*

Porta de São Vicente, a que vulgarmente chamão da mouraria, mais de 1000;

Porta da Cruz, mais de 900;

Pela esperança (Portas de S.ta Catarina), mais de 1200.

OBRAS NA CERCA FERNANDINA E PAPEL DESTA NA DEFESA DE LISBOA

A cerca fernandina foi construída em conformidade com as ideias que no seu tempo vigoravam acerca da defesa das ci-

([34]) *Foral de Lisboa reformado por D. Manuel,* editado por João Pereira R. de Azevedo Coutinho, em 1790, pág. 66.

([35]) *Tratado de Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa,* ed. de 1923, pág. 149.

([36]) *Livro das Grandezas de Lisboa,* ed. de 1804, pág. 115.

dades. Para as armas então usadas, as muralhas, cubelos, torres e barbacã, com uma guarnição disciplinada e aguerrida, bem abastecida e minuciada, bastavam para manter o inimigo em respeito e a distância durante bastante tempo, e para impedir um ataque fácil e súbito à cidade.

Foi o que aconteceu em 1384, quando o exército do Rei D. João I de Castela veio sitiar Lisboa, não tendo os castelhanos conseguido pôr pé dentro da cidade, que talvez tivesse que acabar por se render pela fome, ao fim dos quatro meses de cerco, se não fosse a epidemia que começou a dizimar o exército inimigo.

O facto é que a boa organização da defesa montada pelo Mestre de Aviz, a fortalesa dos muros e das torres da cerca fernandina, a coragem e o patriotismo dos cercados, salvaram a cidade, o país, e porventura a independência de Portugal.

Durante o domínio filipino, para defesa contra os piratas da costa norte de África que entravam impunemente pela barra do Tejo, e também com receio de ataque à cidade por algum dos povos inimigos de Espanha, e consequentemente inimigos de Portugal, a vereação lisboeta representou em 1599 aos Governadores do Reino sobre a necessidade de preparar a defesa da capital para essas eventualidades ([37]).

Constando, em 1625, que estava a armar-se em Inglaterra uma esquadra com destino a atacar as costas de Espanha, e que podia atingir também a cidade de Lisboa, mandou a Câmara proceder a uma vistoria às muralhas da circunvalação da cidade; no relatório dos peritos, que se acha publicado ([38]), indicam-se as obras que se deviam realizar nos muros e portas das cercas e nas casas a eles contíguas, preceituando-se também que a *passagem* (adarve) dos muros devia ficar corrente

([37]) *Elementos*, etc., tomo II, págs. 126 e 127.
([38]) Em *Elementos*, etc., tomo III, pág. 163.

na *milhor forma q̃ possa ser, p^r conta dos donos q̃ usão delles* (muros), *e os tem empedidos; e no q̃ toca ao concerto das portas e postigos a cam.^ra o mandara faser p^r conta sua.*

Como, além das reparações necessárias nos muros e portas da cerca, as novas ideias sobre fortificação exigiam a construção de *trincheiras* ou *tranqueiras* e de plataformas, começaram a levantar-se questões sobre a quem competia o pagamento da despesa com aquelas reparações e com as novas construções, tendo-se assentado, de maneira geral, que a despesa com os consertos dos muros antigos devia correr pela Câmara, proprietária da cerca, e que as trincheiras por conta das rendas do Erário. A Câmara, alegando por vezes ter os cofres exaustos, fez várias representações ao Governo Espanhol, pedindo ou alvitrando providências para se obter o dinheiro necessário para as obras (39).

Em 1636 assentou o Senado em que se reparassem os muros e portas da cidade, e que se *refizessem as trincheiras e plantaformas, pello modo que se auiam feito no anno de 625... e q̃ se repare tudo o q̃ estiuer quebrado ou tiuer necessidade de fortificação... e q̃ os muros, na mayor parte, estauão occupados com casas q̃ sobre elles se tinhão feito, sem terem seruventia nem se poderem comonicar em occasião de aperto, se desse conta disto a Sua Alt.^a...* (40) (a Duquesa de Mântua).

Restaurado o Reino, e na previsão dum golpe de mão do exército espanhol, novamente se tomaram providências para a defesa da cidade, para o reparo dos muros, portas, trincheiras da marinha e plataformas para a artilharia, e também para se arranjar o dinheiro para esse fim (41).

(39) *Elementos*, etc., tomo III, págs. 172, 184, 187, 189 a 191 e 194; ano 1625.

(40) *Elementos*, etc., tomo IV, págs. 184 a 186 e 193.

(41) *Elementos*, etc., tomo IV, pág. 494, ano 1642; pág. 501, ano 1643; págs. 620 a 624, ano 1645; tomo V, págs. 113, 128, 129, 136, ano 1648.

Ainda em 1650 se considerava de alguma importância a cerca fernandina de Lisboa, pelo que o Senado mandou proceder a nova vistoria às suas obras de defesa, pelo arquitecto Mateus do Couto; o relatório dessa vistoria, que também se acha impresso ([42]), menciona as obras necessárias nos muros e nas 40 portas da cerca fernandina então consideradas, 18 das quais deviam tapar-se de pedra e cal, e ficarem 22 livres para o serviço público. Além disso propunha que fossem intimados os proprietários das casas confinantes com os muros a abrirem serventias duns prédios para outros e para as muralhas.

Elaborou-se o orçamento, e ordenou-se que se fizessem as obras indicadas, as quais foram executadas, pelo menos em parte, correndo as despesas ou por conta da cidade, ou a título de empréstimo feito por esta, como consta de várias providências que sobre o assunto foram promulgadas em 1650 ([43]).

Neste ano começou-se a obra de fortificação da cidade segundo o método de Vauban, com baluartes de alvenaria, e cortinas intermédias de alvenaria ou parapeitos de terra, e a perda do valor defensivo da cerca fernandina continuou a acentuar-se, pelo que todo o interesse e despesa passaram a concentrar-se na construção da nova linha de fortificações.

Depois do malogrado cerco da cidade pelo exército castelhano em 1384, não tornou mais a cerca de D. Fernando a desempenhar qualquer papel em operações guerreiras.

Com o aparecimento de novas armas de guerra, com a mudança das ideias sobre a fortificação das praças e das cidades, veio a reconhecer-se a completa inutilidade das muralhas da cerca fernandina para fins de defesa da cidade. Pode dizer-se que findou por 1650 a missão defensiva da cerca, e as suas muralhas e torres, que já desde muito tempo haviam começado a ser aforadas pela Câmara, sua proprietária, assim como

([42]) *Elementos*, etc., tomo V, pág. 200.
([43]) *Elementos*, etc., tomo V, págs. 203, 204, 207 e 208.

os chãos a elas contíguos, que haviam sido barbacãs, ladearam-se com edificações em ambos os seus paramentos, em extensões consideráveis, que as ocultaram, acabando em muitas partes por ser demolidas.

Quais veteranos inúteis, ficaram contemplando atónicas e pasmadas a evolução da cidade que elas haviam abrigado e que se haviam comprometido a defender, cabendo por sua vez serem elas as protegidas, pagando-lhe a nação a sua dívida de gratidão por tantos séculos de fidelidade à povoação lisboeta, incluindo-as na honrosa lista dos objectos venerandos considerados Monumentos Nacionais ([44]).

([44]) Decreto de 16 de Junho de 1910.

LANÇO OCIDENTAL

DO CASTELO DE S. JORGE ÀS PORTAS DA MOURARIA

MAPA I

Inserção do Lanço Ocidental da Cerca Fernandina nos Muros do Castelo de S. Jorge. — Na encosta ou costa do Castelo existia e ainda se conserva uma elevada torre que presumimos ter sido uma obra avançada das primitivas fortificações da Lisboa muçulmana, isto é, contemporânea da construção do Castelo de S. Jorge e da cerca velha ou moura.

A torre acha-se ainda ligada às muralhas do Castelo por uma quadrela ou lanço de muralha, e o seu adarve ou andaimo, que comunicava o terraço ou eirado da torre com o *castelejo*, era todo em escadaria, por causa do grande declive do terreno.

Depois de ter sido desengrossado pelos proprietários confinantes, a fim de tirarem pedra para a construção dos seus prédios, foi o muro reconstruído em 1940, por ocasião das comemorações da fundação e restauração do reino, e ficou com 3^{m} de espessura, como tinha tido, 7 lanços de escadas com patins intermédios, e ameias da banda do norte. Deixou-se ficar um vão para passagem, na estrada que então se abriu contornando as frentes norte e ocidental do castelejo.

Não temos elementos para julgar se este primeiro troço da cerca era também contemporâneo das construções da torre

e das muralhas da cerca velha, ou se se deve fazer ascender a sua origem à época da cerca fernandina, que se sujeitaria à posição da torre já existente, incorporando-a no seu traçado.

Torre de S. Lourenço. — A torre tem uma secção quadrada, com 8 v. ($8^m,8$) de lado (1), e ignorando nós qual tivesse sido a sua denominação, pois que a torre não tem história, chamámos-lhe Torre de S. Lourenço, por ficar contígua a uma porta da cidade, hoje desaparecida, que foi conhecida por este cognome.

Acha-se descrita, assim como o lanço de muralha de ligação ao Castelo, no nosso trabalho sobre *O Castelo de S. Jorge* (2).

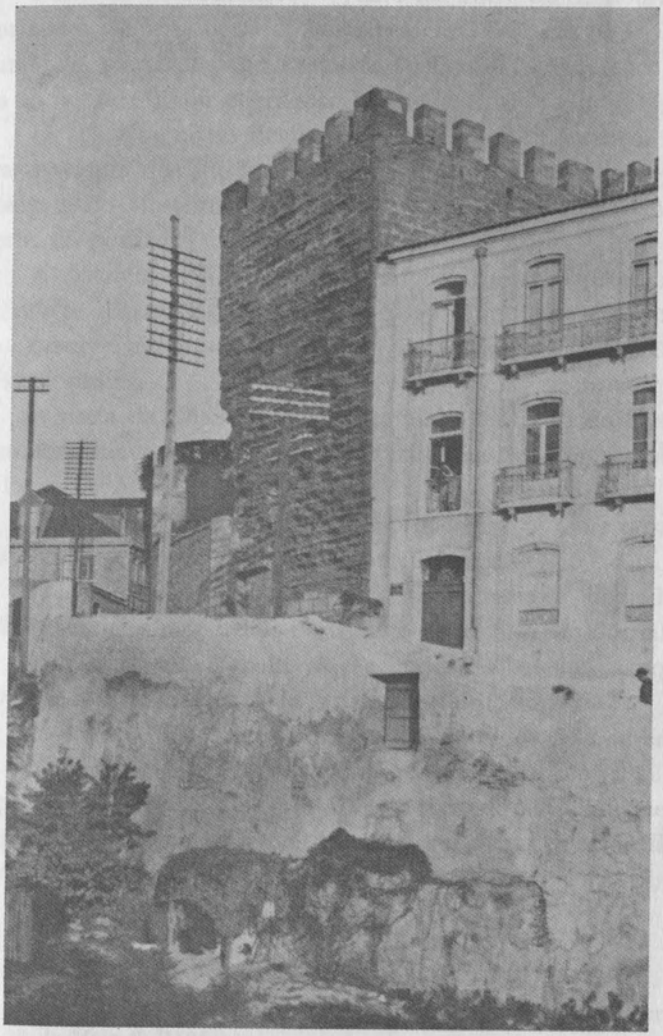
Muro Descendente do Castelo, Paralelo ao Anterior. — Um pouco ao sul deste troço da muralha, descendo do recinto do Castelo até à via pública chamada Rua da Costa do Castelo, vê-se na *Planta da Cidade de Lx.ª*, por J. Nunes Tinoco (1650), um muro que, pela forma como está desenhado, apresenta analogia com os da cerca. Na vista perspectiva *Olissippo*, de J. Bráunio (1596), também se nota um lanço de muralha que, na mesma direcção, desce dos Paços da Alcaçova até à Rua da Costa do Castelo.

Parece haver identidade entre este muro e o marcado na planta de Tinoco, e se ele não remonta à primitiva construção da cerca de 1373, indicando, porventura, o começo de um traçado abandonado, existiu desde os fins do século XVI até 1650, pelo menos.

Desenhámos essa muralha no nosso Mapa I, conforme consta da Planta de Tinoco, e vê-se que ela forma o muro divisório de duas propriedades, n.os 58 e 60-62, da Rua da Costa do Castelo, sobre o qual resta ainda um lanço de escadas, na sua parte mais alta.

(1) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fl. 71.

(2) 2.ª ed., Lisboa, 1937, pág. 135.



TORRE DE S. LOURENÇO

Vista tirada do Palácio Castelo Melhor

Foto Ed. Portugal.

Porta de S. Lourenço. — Junto da Torre de S. Lourenço abria-se a primeira porta do lanço ocidental da cerca de D. Fernando, a que chamavam Porta ou Postigo de S. Lourenço ([3]), ou da Rosa ([4]), ou de Afonso Nogueira.

O primeiro nome devia-o à Igreja de S. Lourenço, que era o templo que lhe ficava mais próximo. O segundo é proveniente do Mosteiro da Rosa ou do Rosário, também muito perto do postigo.

A denominação de Postigo de Afonso Nogueira provém do Cavaleiro Afonso Eanes Nogueira, proprietário, no século XIV, das casas e terrenos sitos no local do Palácio Castelo Melhor e seus jardins.

A porta da cidade fechava o caminho da Costa do Castelo que contornava o monte, e correspondia-lhe, na cerca moura, a Porta de Alfôfa.

Tanto em 1625 como em 1650 propôs-se que fosse tapada, não tendo já portas de madeira no último ano ([5]).

Foi demolida no ano 1700 ([6]), conhecendo-se ainda hoje (1948) vestígios das pedras do começo do arco, e um dos olhais de cantaria em que trabalhava a couceira do batente da porta, encastrado no paramento da face ocidental da torre.

Lanço de Muralha que Descia da Torre de S. Lourenço. — Da Porta de S. Lourenço a muralha, agora com $2^m,2$ de espessura, seguia pela encosta abaixo, segundo um alinhamento angular, numa extensão total de 169^m em planta, mas de facto muito mais comprido, por causa do declive da encosta; os

([3]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fls. 70 v. a 71 v., documento de 19 de Maio de 1505.

([4]) *Elementos*, etc., tomo V, pág. 202.

([5]) *Elementos*, etc., tomo III, pág. 165, e tomo V, pág. 202.

([6]) *Demonstração Histórica*, etc., por Fr. Apollinário da Conceição, 1750, pág. 191.

dois troços do alinhamento formavam um ângulo saliente para o exterior, com 133° de abertura (7).

A Planta de Tinoco marca apenas uma única torre neste lanço da cerca, perto da sua extremidade inferior, torre que ainda existe, mas oculta, como diremos adiante.

No século XVI, os terrenos da banda de fora do muro, que haviam sido da Cidade, pertenciam aos Frades de S.to Antão (Coleginho), e a outro proprietário.

Entrada dos Terrenos Intramuros na Posse dos Antepassados da Casa Castelo Melhor. — Do lado interior da cerca foram, por D. João I, doadas a casa e a quinta junto da Igreja e da Torre de S. Lourenço, ao Cavaleiro Afonso Anes Nogueira (8), Alcaide-mor de Lisboa e Morgado de S. Lourenço da mesma cidade, como mercê por serviços prestados.

Esses bens passaram à sua filha Violante Nogueira, que veio a casar com João Afonso de Brito, e tiveram D. Luís de Brito Nogueira (9).

Nos começos do século XVI estes chãos, assim como o muro descendente da cerca, estavam aforados a Luís de Brito (1505 e 1508) (10), que numa parte deles mandou construir o palácio

(7) As necessidades da defesa exigiam a colocação duma torre no vértice do ângulo do muro, para o flanqueamento das duas extensas quadrelas que nela se deviam inserir, mas não se acha marcada na Planta de Tinoco, e, se existiu, não restam dela vestígios no local, nem lembranças nos documentos, e por isso prescindimos de a considerar.

(8) Este fidalgo era filho de João Pires Nogueira, também conhecido por João das Leis, senhor do padroado e morgado da Igreja de S. Lourenço, mas não era o João das Regras, chanceler do Rei D. João I, fundador da casa que foi dos Marqueses de Cascais. — V. *Familias de Portugal*, por J. L. Manso de Lima, letra N, título Nogueira, § 4.°, n.os 13 e 14.

(9) *Familias de Portugal*— Título de Britos, fls. 7 v., 9, 9 v., etc. —Este foi também administrador dos morgados de S. Lourenço de Lisboa, e de S.to Estêvão de Beja.

(10) *Tombo de 1573*, livro 2.°, fls. 70 a 71 v.

que lá vemos hoje, conhecido por Palácio da Rosa, ou dos Marqueses de Castelo Melhor. Em 1750 pertencia aos Viscondes de Vila Nova da Cerveira, depois Marqueses de Ponte de Lima. Por casamentos entrou na posse do palácio a família do Marquês de Castelo Melhor, e são os representantes destas famílias titulares os actuais proprietários do palácio ([11]).

Galeria Minada neste Lanço de Muro da Cerca.—No lanço mencionado do muro da cerca um dos proprietários do palácio, por 1625, mandou escavar e construir uma extensa galeria, *minando o muro todo no meio por dentro, em largura e altura de um corredor,* que começava na galeria das casas, *até abaixo ao muro que está sobre as portas da Mouraria, de maneira que fica o muro por dentro, em toda esta distância tão grande, minado e em falso, enfraquecido assim para os fundamentos, como para se andar por cima d'elle por estas ameias, cousa que convém reparar-se com brevidade, por ser em parte tão necessaria o que se minou por parte do visconde, um d'estes annos atraz, por dentro de sua casa, ás escondidas, sem a cidade dar para isso licença;* a Câmara pediu ao Governo que tomasse as providências para que se fizessem as reparações no muro por conta dos proprietários do palácio ([12]).

Tais concertos e entulhamento da galeria não foram efectuados, porque ainda hoje (1948) se veem e conservam em serviço no palácio alguns troços dessa galeria.

Toda a parte norte do edifício, assim como o jardim, encostam-se ou têm por fundo a muralha da cerca.

Era esta formada por dois muros de alvenaria, com cerca de $0^m,5$ de espessura, distanciados $1^m,1$, estando o intervalo entre eles preenchido com terra calcada, como tivemos oca-

([11]) *Peregrinações em Lisboa,* por Norberto de Araújo, livro III, 1938, pág. 61.

([12]) *Elementos,* etc., tomo III, pág. 215, ano 1625.

sião de observar em 1901, em que vimos demolir uma parte da muralha. Não é por isso de admirar a facilidade com que o muro foi minado, sem se dar conta desse trabalho.

Restos do Muro e da Galeria deste Lanço. — Começando do nascente, vamos descrever o que ainda resta deste lanço da muralha e da sua galeria. A parte mais alta, junto à Rua da Costa do Castelo, acha-se semidemolida, mas reconhecível; encostada ao muro da cerca segue-se uma cozinha do palácio, cujo fogão foi encaixado no muro e a chaminé erigida sobre ele; há depois um troço de galeria com o pavimento de nível, a que faz seguimento um lanço de escada, também dentro do muro, que desce para o salão setentrional do andar nobre do edifício; a este segue-se um outro lanço de escada, a descoberto, que conduz ao jardim. Esta escada foi talhada no interior da muralha, para o que foi demolida em parte; e em toda a extensão do topo norte do jardim está o muro servindo de suporte a uns pátios que lhe ficam ao norte, e de nível com o muro rasado.

Pouco adiante da extrema do jardim notam-se ainda, no topo do muro cortado a prumo, vestígios da galeria; mas daí por diante até à Rua da Mouraria foi o muro demolido, e dele não restam vestígios.

Mosteiro da Rosa nas Escadinhas da Costa do Castelo. — O palácio tem a frontaria e a serventia principais para as Escadinhas da Costa do Castelo.

Do outro lado desta via pública, e fronteiro a ele, existiu o Mosteiro de N. S.ª do Rosário ou da Rosa, de freiras dominicanas, fundado em 1519 pelo mencionado Luís de Brito Nogueira e sua mulher D. Joana de Ataíde de Sousa ([13]).

Por ocasião do terremoto de 1755 sofreu o mosteiro alguma ruína, e as religiosas foram ou para casa de suas famí-

([13]) *Corografia Portugueza,* pelo P.e A. Carvalho da Costa, tomo III, 1712, pág. 393. — *Familias de Portugal,* título de Britos, § 3.º, n.º 49, fl. 7 v.

lias, ou para uma barraca numa quinta de dominicanos em Arroios ([14]). Hoje está ali uma *Vila do Castelo,* constituída por moradias de particulares.

Abertura da Rua do Marquês de Ponte de Lima. — Desde 1885 que se pensava em abrir uma rua que ligasse a Calçada de S.to André com a Rua das Farinhas. O projecto geral, datado de 25 de Setembro de 1894, foi aprovado em 1895 ([15]), tendo-se começado pouco depois a execução da obra.

A rua que hoje se chama Rua do Marquês de Ponte de Lima foi rasgada em terrenos do Marquês de Castelo Melhor, intramuros, e de António Caetano Macieira e de outros, extramuros, e vai actualmente (1948) desde o Largo da Rosa até ao alto da Rua dos Cavaleiros.

Escadinhas da Saúde. — Em terreno do mesmo A. C. Macieira foi aberta uma outra rua com 6m de largura, em escadaria, com 8 patins intermédios, que liga a Rua do Marquês de Ponte de Lima (que estava em construção em 1900), com a Rua da Mouraria.

Esta via pública, que hoje se chama Escadinhas da Saúde, é *considerada rua particular não podendo nunca passar para a Câmara* ([16]).

Muralha Demolida no Sítio das Escadinhas da Saúde. — Para a abertura destas vias públicas foi rasgada a muralha da cerca no sítio da propriedade do Marquês de Castelo Melhor, e desse rasgamento para baixo foi demolida até aos alicerces, sobre os quais se levantaram os muros das fachadas posteriores dos prédios que desde 1903 se construiram no lado norte das Escadinhas da Saúde.

([14]) *Mappa de Portugal,* pelo P.e J. B. de Castro, tomo III, 1763, pág. 331.

([15]) *Actas das Sessões da Camara Municipal,* de 1895, págs. 61 (8 de Julho) e 77 (21 de Novembro).

([16]) *Actas das Sessões da Camara Municipal,* de 1900, pág. 125 — Sessão de 15 de Março de 1900. — A denominação da via pública foi dada por deliberação camarária de 17 de Maio de 1906.

Silos Encontrados no Local das Escadinhas em 1901. — Neste sítio, quando se fizeram as escavações e desaterros para a construção das Escadinhas da Saúde, encontraram-se na encosta algumas matámoras ou silos subterrâneos, cerca de oito ou dez, escavados no terreno virgem, que ali é de rocha, rebocados interiormente, mas sem vestígio algum do que tivessem contido ([17]).

Cubelo no Lanço Descendente da Cerca, Próximo da Porta da Mouraria. — A torre ou cubelo a que já nos referimos, próxima do extremo inferior deste troço descendente do Castelo, situada por traz dos prédios n.os 18-20 e 22-24 da Rua da Mouraria, tinha uma secção aproximadamente quadrada, com cerca de $7^m,5$ de lado, ficando o seu eirado a uns $16^m,5$ acima do nível da Rua da Mouraria.

Quando, por 1900, se demoliu o muro a que ela estava encostada, tivemos ensejo de reconhecer a sua completa independência do muro, do que se deve inferir que este foi construído encostado ao cubelo já existente, ou que a sua construção foi posterior à da muralha.

Continuação da Muralha em Direcção à Porta da Mouraria. — Ao chegar à Rua da Mouraria virava a muralha em ângulo recto para o sul, e formava em seguida um redente, indo constituir um dos lados do recinto da Porta de S. Vicente ou da Mouraria.

É o que se depreende da Planta de Lisboa, por J. Nunes Tinoco (1650), único documento topográfico antigo que nos resta daquele local.

Prédio que Esquina da Rua da Mouraria para as Escadinhas da Saúde. — O primeiro troço de muralha depois do vértice do ângulo, até ao muro da Porta de S. Vicente, parece que assentava sobre um banco de rocha, e a ele estavam en-

([17]) Essas matámoras foram então por nós observadas, e duma fizemos a descrição em *Lisboa Antiga*, por J. de Castilho, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. I, pág. 43, nota

LARGO MARTIM MONIZ E ESCADINHAS DA SAÚDE

O corpo à esquerda do prédio alto ao meio da vista, que se eleva até à altura das mansardas, assenta sobre a muralha da cerca, por trás dos dois pequenos prédios baixos n.os 18-20 e 22-24 da Rua da Mouraria, que se veem ao lado do prédio alto. Na fachada do prédio, por cima da porta n.º 12, está a lápide com a inscrição comemorativa da construção da cerca em 1373-75

Foto Ed. Portugal.

costadas, no século XVI, umas pequenas casas ([18]), onde se acha hoje parte do grande prédio n.os 8 a 16 da Rua da Mouraria, e parte do leito das Escadinhas da Saúde.

Este prédio, tornejando para as Escadinhas onde tem a porta principal com o n.º 10, foi mandado construir por João António Coimbra em 1906-08.

O terraço do cubelo mencionado, a que o prédio se encosta, ficava à altura do 4.º andar, do lado da Rua da Mouraria, mas o proprietário deste, que o era também da torre, mandou construir sobre o eirado um corpo de edifício, nas trazeiras do seu prédio, que ficou formando um recanto com o prédio. Este corpo anexado avista-se por cima e por traz dos prédios n.os 18 a 24 da Rua da Mouraria, que pelo fundo se encostam ao cubelo.

Capela do Passo da Procissão junto às Portas de S. Vicente ou da Mouraria. — Contíguas às pequenas casas medievais a que acabamos de referir-nos havia, extramuros, uma casa com mui pequeno fundo, em que existiu um nicho *dos passos* (do Passo da Mouraria da Procissão do Senhor dos Passos da Graça), construído por 1622, alumiado com um candeeiro suspenso, que se acendia em certas noites. Esse nicho foi em 1698-1702 transformado em capela, segundo o projecto do Arquitecto João Antunes, e com essa forma se manteve até ao terremoto de 1755, em que ficou arruinado, sendo reconstruído em 1780 com o feitio que ainda lhe conhecemos e está representado nalgumas gravuras antigas; foi finalmente demolido em 1907 ([19]).

Ficava encostado, pelo fundo, à muralha da cerca nova, e, no seu lado sul, ao muro do postigo oriental da Porta da Mouraria.

([18]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fls. 152 v. e 153 v.

([19]) Veja-se *Nosso Senhor dos Passos da Graça*, pelo P.e Ernesto Sales, 1925, págs. 104 a 116.

Porta da Mouraria. — A Porta de S. Vicente ou da Mouraria, depois Arco do Marquês de Alegrete, ainda se conserva hoje (1948), no sítio da junção da Rua do Arco do Marquês de Alegrete com a Rua da Mouraria.

Remontava à construção primitiva da cerca, e nela começava uma estrada importante de comunicação com os arrabaldes do norte da cidade, que seguia pelo fundo do vale formado pelos montes de Sant'Ana, dum lado, e da Graça, de S. Gens e da Penha de França, do lado fronteiro.

A porta era considerada, na segunda metade do século XVI, uma das mais fortes da cerca de D. Fernando, e, assim como a de S.ta Catarina, sob este respeito mui superiores às Portas da Cruz e de S.to Antão (20).

A primitiva denominação da porta, datando, pelo menos, do ano 1404 (21), foi de S. Vicente, e era ela devida ao facto de estar a porta situada junto de várias hortas do vale pertencentes ao Mosteiro de S. Vicente.

Uma ficava ao poente da Rua do Arco do Marquês de Alegrete, até onde está agora a Rua Nova da Palma, no sopé do Monte de Sant'Ana, e dela trataremos quando estudarmos a abertura da referida Rua.

Outra abrangia a área compreendida entre as actuais Ruas da Mouraria e das Atafonas, no sentido leste-oeste, e entre a Rua Rodrigues da Fonseca e o Largo Martim Moniz (22), no sentido norte-sul.

Havia no lado oriental da cidade, ao Campo de S.ta Clara, uma outra porta com o nome de Porta de S. Vicente, mas que era mais geralmente conhecida por Postigo do Arcebispo, como veremos.

(20) *Carta do Governador de Lisboa para elRei* (D. João III ou D. Sebastião), sem data; *Cartas Missivas*, maço 3.º, n.º 41.

(21) *O Archeologo Português*, vol. V, 1900, pág. 262.

(22) *Olisipo*, ano VIII, n.º 30, Abril de 1945, pág. 71; artigo de L. Pastor de Macedo, em que se cita um documento do ano 1461.

ARCO DO MARQUÊS DE ALEGRETE EM 1862

À esquerda vê-se o Passo da Procissão do Senhor dos Passos
Na parede, ao lado do Passo, a inscrição comemorativa da construção da Cerca Fernandina

Desenho de B. Lima — Gravura de Coelho J. — Pedroso
Archivo Pittoresco, vol. V, pág. 377

Como ficava perto da porta de S. Vicente (a ocidental) o arrabalde da cidade chamado Mouraria, destinado às gentes mouriscas depois da conquista da cidade por D. Afonso Henriques, começaram a denominar a porta também: Porta de S. Vicente da Mouraria, e depois, simplesmente, desde o século XVII: da Mouraria ([23]).

O mesmo nome de Mouraria foi dado à *rua do arravalde* (1468) que dela seguia para os arredores ao norte ([24]).

A atribuição do nome de S. Vicente à porta, baseada no facto, inventado pelos nossos escritores dos séculos XVI e XVII, de haver sido desembarcado o corpo de S. Vicente nas proximidades do local da porta, quando D. Afonso Henriques o mandou buscar ao Promontorium Sacrum, vindo pelo esteiro do Tejo acima, já não é cousa defensável, e está rejeitada por considerações históricas corroboradas pela constituição geológica do subsolo da cidade ([25]).

Demolição e Transformação da Porta em Arco da Muralha. — Em 1674, por motivo da dificuldade da circulação no local, e depois de considerados vários alvitres, propôs a Câmara ao rei D. Pedro II que se rompesse *a torre das portas da Mouraria, em um arco que tenha capacidade de passarem coches, para que assim, podendo tomar a rua dos Canos para o Rocio, se evite o continuo embaraço da passagem da rua Nova da Palma* ([26]).

Havendo tido despacho favorável este pretenção, é provável que a obra fosse logo executada, ou pouco depois, da-

([23]) Vista *Olissippo*, de Jorge Bráunio (1596) : 51, *Porta que vulgo dicitur da mouraria.*

([24]) V. *Olisipo*, ano VIII, 1945, pág. 71. — V. também as citações em *O Archeologo Português*, vol. V, 1900, pág. 262. — *Revista Municipal*, n.os 30 e 31, do 3.º e 4.º trimestres de 1946, pág. 8.

([25]) Veja-se *A Cerca Moura de Lisboa*, pelo autor, 2.ª ed., 1939. págs. 20 e segs.

([26]) *Elementos*, etc., tomo VIII, pág. 54.

tando assim do ano 1674 ([27]) o arco que mais tarde se chamou do Marquês de Alegrete.

O titular que deu o nome ao arco era o proprietário do palácio que à sua ilharga foi construído nos fins do século XVII pelo Conde de Vilar Maior, Marquês de Alegrete.

O muro oriental do recinto da Porta de S. Vicente foi demolido, posteriormente a 1674, sem deixar vestígios, como tivemos ocasião de observar, e no seu local e nos terrenos à retaguarda construiram-se uns prédios, que por sua vez foram demolidos no ano 1900, estando hoje no seu lugar uma casa de espectáculos cinematográficos: *Salão Lisboa*.

Estrutura da Porta da Mouraria. — Apesar do desenho que consta da Planta de Tinoco (1650) é difícil conhecer-se hoje como seria a estrutura da Porta de S. Vicente.

Combinando os dados dessa planta com as medições do *Tombo de 1573*, parece que a porta era constituída por um recinto rectangular com $15^m \times 18^m$, naturalmente descoberto, com 3 vãos ou portais nos muros de contorno, dois dos quais, na frente, eram postigos defendidos e separados por um travez em forma de T, como mostra a Planta de Tinoco, e o terceiro, um portal à retaguarda, onde estavam as *portas de páo*, sendo este vão o antecessor do actual Arco do Marquês de Alegrete.

Durante o domínio filipino propôs-se, em 1625, tapar o postigo exterior da porta, da banda do castelo (do nascente), e que no do poente se pusesse uma porta de grades de vigas ([28]); em 1650 propôs-se, ao contrário, tapar o da banda do

([27]) O P.e Ernesto Sales menciona o ano 1684, no seu trabalho sobre *Nosso Senhor dos Passos da Graça* (1925), pág. 114, nota; mas esta data é a de uma consulta da Câmara acerca duma escada para serventia duma casa feita em troca da que estava sobre a porta da Mouraria, que pertencia ao Marquês de Ponte do Lima (*Elementos*, etc., tomo VIII, pág. 528).

([28]) *Elementos*, etc., tomo III, pág. 165.

ARCO DO MARQUÊS DE ALEGRETE EM 1946 — LADO NORTE

Fotografia de Ed. Portugal.

poente ([29]); o portal voltado para o interior da cidade tinha então portas de madeira com seu ferrolho e fechadura.

O Arco do Marquês de Alegrete, como era em 1862 e até ao fim do século XIX, acha-se representado numa gravura do *Archivo Pittoresco* ([30]).

O arco mede actualmente (1948) cerca de $4^m,8$ de altura, $5^m,3$ de largura, e $2^m,9$ de espessura do vão, e é esta última a largura, por fora, das casas que sobre o arco e o seu muro foram e se acham ainda (1948) construídas.

Torres da Porta da Mouraria. — Sobre as portas da cidade havia três torres ([31]), duas das quais ficavam nos dois cantos dianteiros dos muros do recinto ([32]); as medidas da do lado ocidental eram 4 v. 1,5 p. × 3 v. ($4^m,73 \times 3^m,3$) ([33]), sendo a maior dimensão no sentido leste-oeste; quanto à terceira, as referências do *Tombo de 1573* não são suficientemente claras para se poder precisar a sua situação.

Sobre um das torres das Portas da Mouraria tinha em 1674 o Visconde de Ponte de Lima, proprietário do prédio que se estendia pela encosta do Castelo ao nascente da porta, uma casa *que na quaresma lhe serve de tribuna para o paço* (Passo da procissão do Senhor dos Passos da Graça) ([34]).

Para o recinto das portas abria-se então uma entrada do prédio que lhe ficava ao ocidente, que em 1625 era de Simão da Cunha ([35]).

Inscrição Comemorativa da Construção da Cerca Fernandina. — Num sítio das Portas da Mouraria, que desconhece-

([29]) *Elementos*, etc., tomo V, pág. 202.
([30]) Vol. V, 1862, pág. 377.
([31]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fl. 70 v.
([32]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fls. 155 e 158.
([33]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fl. 156 v.
([34]) *Elementos*, etc., tomo VIII, pág. 54.
([35]) *Elementos*, etc., tomo III, pág. 165.

mos, estava embebida no muro uma lápide com a inscrição em letras monacais alemãs comemorativa da sua construção, cujo teor é o seguinte ([36]):

O MUJ : NOBRE : E : MUJ : ALTO : REJ : DON : FERNANDO : D˜PUR
TUGAL : E : FILHO : DO MUI : NOBRE : REI : DON PEDRO : E : NETO : D
O MUJ : NOBRE : REI : DON : AFONSO : O OLHANDO : COMO : A MUJ
NOBRE : SUA : CJDADE : DE LIXBOA : SEJA : HUA : DAS : MAJS
NOBRES : CJDADES : QUE : HA : ENTODALAS : PARTES : DO MUNDO
: E COMO : ESA : CJDADE : A MAJS : NOBRE FOSE : FORA : DA CERCA : U
ELHA : QUE SEUS : BJS : AUVOS : GUANHAROM : AOS : MOROS : POREM
: MANDO : FAZER : ESTA : CERCA : NOUA : E FOI : COMENCADA : ERA : DE
MIL : E CCCC : ONZE : ANOS : SE : ACABOU EN : OUATRO : CCCC : TREZE : A
NOS : PER : SEU : MANDADO : FOI : DELA : REGEDOR : GOMEZ : MTIZ : D
E : SETUUAL : Q̃ : FOI : SEU : CAPITAN : EN : SEUS : REINOS : E : SEU : UAS
ALO : E OUUIDOR : NA SUA : CORTE : E : COREGEDOR : POR EL : NA :
DITA : CIDADE : E : LOURENCO : DURAEZ : ESCRIUAN : DO CON
CELHO : E : IHAN : FERNANDIZ : E VASCO : BRAS : MEESTRE
S : DO : DITO : MURO

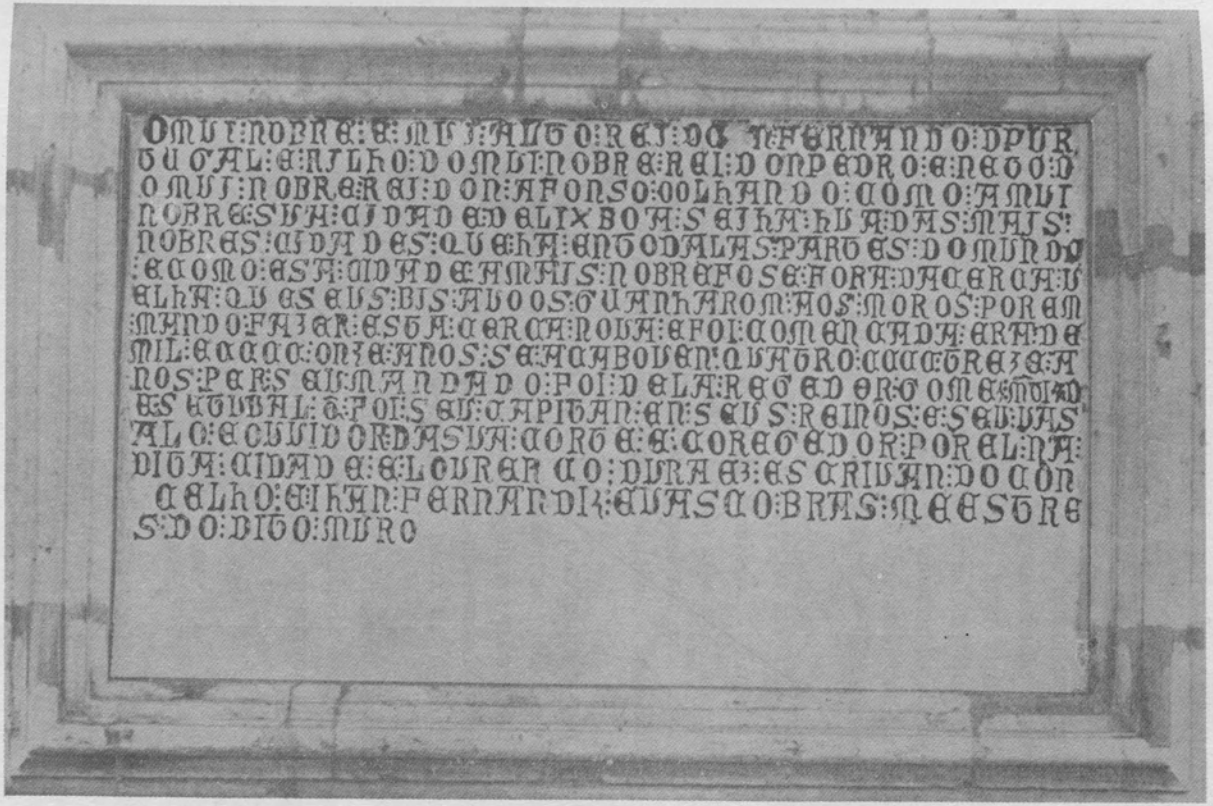
A versão acima transcrita é cópia feita por José Valentim de Freitas, cerca do ano 1852, que se guardava entre os papéis do mesmo na Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Museu do Carmo.

Foi a inscrição publicada pela primeira vez em *O Panorama* ([37]), num artigo de António Joaquim Moreira, e depois no *Archivo Pittoresco* ([38]), com um artigo de Inácio de Vilhena Barbosa. Tem sido depois transcrita em várias obras.

([36]) As datas citadas na inscrição, 1411 e 1413, são referentes à era de César, então usada; correspondem às da era cristã 1373, começo da construção, e 1375, sua conclusão.

([37]) Vol. II, 1838, pág. 339.

([38]) Vol. V, 1862, pág. 328.



INSCRIÇÃO COMEMORATIVA DA CONSTRUÇÃO DA CERCA FERNANDINA

Foto Ferreira da Cunha.

Quando se demoliu ou transformou a porta em Arco (1674) foi tirada a lápide e afixada no muro da ilharga do postigo oriental da porta, conforme mostra a gravura (de 1862) do acima citado semanário ilustrado, ao lado do Passo que ali existia.

Em Fevereiro de 1901 foi tirada desse muro, por motivo da sua demolição e do rasgamento da rua em escadaria, actualmente Escadinhas da Saúde; e depois de estar algum tempo guardada na Abegoaria da Câmara Municipal, na Rua da Boa Vista, foi colocada novamente perto do anterior local, na fachada do prédio n.os 8 a 16 da Rua da Mouraria, que torneja para as Escadinhas, aditando-se-lhe a seguinte inscrição sobre a porta n.º 12, por baixo da lápide:

LOCAL ONDE ESTEVE ESTA INSCRIPÇÃO ATÉ 1901

Outras Inscrições na Porta da Mouraria. — Em um sítio dos muros da porta, que também se não sabe onde era, estava encastrada *uma náo de S. Vicente, a qual náo está entre dois escudos com a chamada orla cheia de castellos, e com mais dinheiros de cinco* (39).

Esta lápide da naveta da cidade é porventura a que, depois da demolição da porta, foi embutida no prédio contíguo à Ermida de N. S.ª da Saúde, que esquinava para a Rua de S. Vicente à Guia, e que se acha hoje no pano da janela de peitos do 2.º andar, superiormente à porta n.º 6 do Largo Martim Moniz.

Na parede das Portas voltada para o interior da cidade, sobre o Arco, ainda se conserva (1948) a lápide com o elogio da Conceição da Virgem, mandada afixar em virtude da Carta régia de 28 de Março de 1618 (40).

A VIRGE MARIA . NOSSA SN
ÕRA. FOI CONCEBIDA. SEM.
PECADO. ORIGINAL

(39) *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa,* Provas, por D. António Caetano de Sousa, tomo VI, 1748, pág. 665.

(40) *Elementos,* etc., tomo II, 1885, pág. 411.

Ao contrário do que se tem escrito, esta e as outras lápides idênticas que estavam sobre as portas da cidade não são as que D. João IV mandou colocar em 2 de Junho de 1654, que tinham a legenda em latim ([41]), mas que não chegaram a ser afixadas.

Rua do Arco do Marquês de Alegrete. — Para o interior da cidade começava na Porta de S. Vicente uma rua cujas denominações mais antigas de que temos conhecimento eram: Rua do Borratém ([42]), ou o circunlóquio: Rua direita da Porta de S. Vicente para o Poço do Borratém ([43]), ou Rua do poço do borratém do cano para cima ([44]).

Só depois de 1801, segundo consta, é que passou a denominar-se Rua do Arco do Marquês de Alegrete, que conserva ([45]).

([41]) V. sobre este assunto: *Nosso Senhor dos Passos da Graça*, pelo P.e Ernesto Sales, 1925, pág. 114, nota.

([42]) *Estatistica de 1552*, por João Brandão, ed. de 1923, pág. 229.

([43]) *Livro do Lançamento e Serviço*, etc., 1565, fl. 418.

([44]) *Summario*, etc., por C. R. de Oliveira, ed. de 1755, pág. 7.

([45]) *Regulação para o Estabelecimento da Pequena Posta em Lisboa*, 1801, pág. 89. — *Lisboa de Lés-a-lés*, por L. Pastor de Macedo, vol. I, pág. 146.

DAS PORTAS DA MOURARIA AO POSTIGO DO ARCO DA GRAÇA

MAPA II

Troço da Cerca que Atravessava o Vale da Rua da Palma. — Na Porta da Mouraria nascia um lanço rectilíneo de muralha da cerca, correndo na direcção leste-oeste, com 160^{m} de extensão, ao longo do antigo Largo da Rua dos Canos, depois Largo Silva e Albuquerque, e da Travessa da Palma, atravessando o estrangulamento do vale da Rua da Palma, que tem aí a sua menor largura, cerca de 80^{m}.

A muralha ficava situada, desde a Porta da Mouraria até à Rua da Palma, exactamente no sítio do muro sul do Palácio do Marquês de Alegrete, que foi construído sobre os alicerces da dita muralha.

Por baixo era esta muralha atravessada por um cano de evacuação das águas de toda a extensa bacia hidrográfica do vale da Rua da Palma até Arroios.

Cubelo Desaparecido, Próximo da Rua da Palma. — Neste troço de muralha até à Rua da Palma estava pegado um cubelo, como se vê na *Planta da Cidade de Lx.ª* de J. Nunes Tinoco (1650), a ocidente e junto do córrego do vale onde se achava construído o mencionado cano de esgoto.

As dimensões deste cubelo, completamente desaparecido, eram: norte 5v.4p. (6^{m},4); sul 4v.4p. (5^{m},3); e 6 v.3p. (7^{m},3)

a sua saliência sobre o paramento do muro ([46]); a altura ignora-se.

Quanto à sua situação era ela aproximadamente a marcada na planta; distava 48^{m} da ombreira do Arco do Marquês de Alegrete, conforme se deduz das medições do muro, e de duas propriedades encostadas a ele da banda de fora, que haviam sido aforadas pela Cidade no século XVI ([47]).

Chãos Contíguos e ao Norte da Muralha da Cerca. — No terreno extramuros contíguo a este troço da cerca, *junto ao muro, fora das portas de sam Vicente na mouraria, antre as ditas portas e a ponte noua que se hora fes sobre o rego dos canos da Mouraria,* ou na *rua publica que vem da porta de sam Vicente pera S.*^{ta} *Ana e joguo da pella,* tinha a Cidade em 1573 três chãos:

No primeiro, aforado em 4 de Janeiro de 1501, estavam construídas uma *casas grandes,* que mediam 24 v. (leste-oeste) por 18v. e 1p. (do poente) e 19v.2p. (do levante) (26^{m},4 × × 20^{m} e 21^{m}) (fl. 155 do *Tombo).*

O segundo, ainda então não edificado, mas cercado de parede, ficava separado do primeiro por uma serventia, e foi aforado em 10 de Março de 1564 ([48]).

O terceiro, junto ao *postigo do jogo da pela que vae para a rua nova da palma, entrando por ele à mão esquerda,* estava edificado, e foi aforado em 14 de Fevereiro de 1539 ([49]).

Os dois primeiros prazos pertenciam em 1565 a Francisco Anriquez ([50]), fidalgo da Casa de el-Rei, e depois, por sucessivas heranças e vendas, vieram à posse de descendentes do

([46]) *Tombo de 1573,* livro 2.º, fl. 156 v.

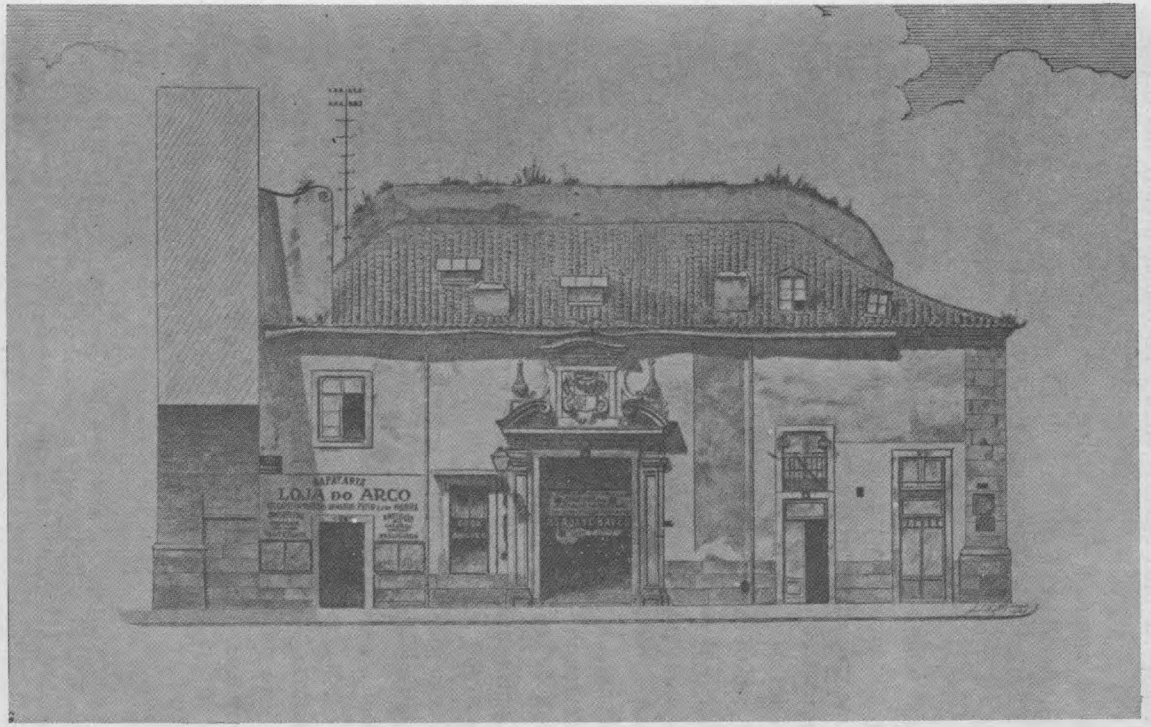
([47]) *Tombo de 1573,* livro 2.º, fls. 155, 156 v., 158 e 159.

([48]) Media 11 v. (norte-sul) por 12 v. folgadas (do sul) e 6 v. (do norte) (12^{m},1 × 13^{m},3 e 6^{m},6), ficando a parte do norte contígua à ponte de que adiante trataremos. (fl. 158 do *Tombo).*

([49]) Media 6 v. 2 p. (norte-sul), por 13 v. (leste-oeste) (7^{m} × × 14^{m},3). (fl. 159 do *Tombo).*

([50]) *Tombo de 1573,* livro 2.º, fls. 155 a 158.

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES



FACHADA ORIENTAL DO PALÁCIO DO MARQUÊS DE ALEGRETE EM 1946

Desenho à pena de J. J. Afonso Nogueira.

navegador Tristão da Cunha, Embaixador em Roma, pertencendo em 1625 a Simão da Cunha, casado com D. Joana de Mendoça ([51]).

Estas casas fizeram parte do dote de D. Mariana de Mendoça, trineta de Tristão da Cunha, casada com Fernão Teles de Meneses, 1.º Conde de Vilar Maior, e mãe de Manuel Teles da Silva (1641 † 1709), 2.º Conde do mesmo título e 1.º Marquês de Alegrete.

Palácio do Marquês de Alegrete. — Foi este último fidalgo quem mandou construir o sumptuoso palácio conhecido pelo seu título, demolindo até aos alicerces a muralha fernandina nesse local, as torres a ela pegadas e as casas dos seus avoengos.

Começou-se a obra em 1694, tendo parado por falta de recursos pecuniários; obtidos estes, prosseguiu em 1698.

O palácio ficou bastante arruinado pelo terremoto de 1755, e foi reconstruído parcialmente depois deste cataclismo, não com a sumptuosidade que havia tido, mas adaptado a prédio de rendimento, que foi ocupado, como esteve até ao seu desaparecimento, com estabelecimentos industriais e comerciais, e com famílias proletárias.

O palácio conservou-se na posse dos descendentes da Casa Vilar Maior, que também foram Marqueses de Penalva, e Condes de Tarouca, acabando por ser expropriado pela Câmara Municipal em Janeiro de 1946 à 10.ª Condessa de Tarouca, para o melhoramento da circulação no local, e demolido no mesmo ano ([52]).

Ficou aí um largo, que incorporou as ruas contíguas: Rua Martim Moniz, Largo Silva e Albuquerque e parte das Ruas da Palma e da Mouraria, ao qual o povo começou a chamar Largo Martim Moniz, como dissemos atraz.

([51]) *Elementos*, etc., vol. III, pág. 165.

([52]) V. artigo do autor intitulado *Sítio e Palácio do Marquês de Alegrete* — in *Revista Municipal*, n.os 30 e 31, do 3.º e 4.º trimestres de 1946.

Casas Contíguas ao Palácio do Marquês de Alegrete. — A ocidente e contíguas ao palácio e à muralha existiam no século XVII umas casas da Cidade no sítio do Jogo da Péla, perto do local onde veio a abrir-se no muro o Postigo da Rua da Palma ([53]).

Em 1694, quando o Marquês de Alegrete estava construindo o seu palácio, também lhe pertenciam as mencionadas casas, onde vivia um seu filho, e como precisava duma certa área da via pública, pediu à Câmara que lha aforasse, comprometendo-se a deixar ficar a via pública, que depois foi a Rua de S. Vicente à Guia, com 33,5 p. (7^m,37) de largura ([54]), que de facto conservou até ao seu desaparecimento em 1946, e à sua transformação em Largo.

Estas casas aí construídas a poente do palácio, e com frentes para a serventia que ia para a Porta da Rua da Palma e para a rua onde estava a ponte, sucessivamente modificadas ou reedificadas, permaneceram até 1936, ano em que foram demolidas, sendo propriedade de D. Amélia Formigal de Morais.

Canos da Mouraria. — O sítio do palácio e a muralha da cerca eram atravessados por uma canalização das águas das chuvas vindas dos lados de Arroios e de S.ta Bárbara (Estefânia) e de S. Jordão (Charca), primeiro em rego ou vala descoberta, e mais tarde, provàvelmente depois da construção da cerca fernandina, em canos subterrâneos.

([53]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fl. 159.

([54]) Esse chão ficava ao norte das casas do filho, e media 67 p. (14^m,7) *até o cunhal das casas velhas* (eram as do filho), *que fica na entrada da Rua Nova da Palma, e de largo, por ambas as partes da parede das ditas casas para fóra* (no sentido sul-norte), *13 p.* (2^m,86) e *ficando a rua* (de S. Vicente à Guia), *que vai para N.a Snr.a da Saúde, de 33,5 p.* (7^m,37) *de largo, junto ao cunhal.* (*Elementos*, etc., tomo IX, pág. 345).

Tal é a origem da Rua dos Canos da Mouraria, ou da Porta de S. Vicente, ou de S. Domingos ([55]), por onde eles se continuavam dentro da cidade na época medieval, e que actualmente se chama Rua Silva e Albuquerque.

Quando em 1625 se pensou em reparar e reforçar a cerca de Lisboa, fez-se uma vistoria aos muros existentes, e no sítio dos canos da Mouraria propôs-se que se pusesse *hũa grade de ferro groça no cano real da banda de dentro do muro* (da cerca), *defronte da rua dos Canos* ([56]).

Largo e Rua dos Canos. — Toda a frente sul do Palácio do Marquês de Alegrete deitava para um pequeno largo, *terreiro que fica defronte do cano que fica á porta das cavallariças do marquez d'Alegrete* (1729) ([57]), ou Largo da Rua ou Praça dos Canos, e por último Largo Silva e Albuquerque ([58]); é porventura o local que, com as suas circunvizinhanças, se designava no século XIV (ano 1347) ([59]) com o nome de *poboa* (póvoa, pequena aldeia), e que se acha actualmente incorporado no Largo Martim Moniz.

Parece que na Rua dos Canos havia antigamente, no leito da rua, umas aberturas com grades de ferro, para a entrada das águas das enxurradas que naquela baixa se concentravam ([60]).

([55]) V. citações em *O Archeologo Português*, vol. V, 1900, pág. 223.

([56]) *Elementos*, etc., tomo III, pág. 166.

([57]) *Tombo de S. Domingos*, n.º 313 de ordem, fl. 79.

([58]) Deliberação camarária de 13 de Agosto de 1885, e edital da Câmara de 20 do mesmo mês.

([59]) Vejam-se citações em *O Arqueologo Português*, vol. V, 1900, pág. 259.

([60]) Veja-se a *Planta para o novo encanamento que se deve fazer para as agoas da Rua dos Canos*. Sem data, nem assinatura, mas com o *visto* do Marquês de Pombal. Desenho do arquivo do extinto Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

Ruas que Irradiavam do Largo da Rua dos Canos. — Neste pequeno largo, além da Rua dos Canos, inseriam-se as seguintes vias públicas:

Rua dos Vinagres, anteriormente dos Vinagreiros, por nela viverem muitos comerciantes ou fabricantes daquele artigo; já assim era designada nos meados do século XVI, mas pelo mesmo tempo também era denominada Rua da Póvoa ([61]).

Beco da Póvoa, último vestígio toponímico que recorda o local, e que ainda perdura num pequeno beco do Largo Silva e Albuquerque.

O pequeno troço da rua que ligava o Largo da Rua dos Canos da Mouraria, intramuros, com a Rua Nova da Palma foi aberto, não sabemos quando, mas posteriormente a 1673. Havia aí, nesse ano, umas casas encostadas à muralha da cidade, que o Senado pediu autorização para comprar, a fim de serem demolidas para se fazer a mencionada ligação ([62]).

No ano seguinte mudou de parecer, e sugeriu que se *rompesse a torre das Portas da Mouraria,* e se transmudasse em arco, como atraz mencionámos ([63]).

Rua de S. Vicente à Guia. — A frente norte do palácio do Marquês de Alegrete deitava para uma rua que começou por ser designada, no 3.º quartel do século XVI, por circunlóquios, tais como: *Rua que vay das portas de S. Vicente para a ponte que se hora novamente fez sobre o dito rego* — *rua que vai da dita ponte* (ponte nova) *para o jogo da pela* ([64]), ou ainda *Rua da ponte do Jogo da Pela* ([65]).

([61]) *Livro do Lançamento e Serviço,* etc., 1565, fl. 438. É o que se deduz do itinerário, mencionado nos *róis,* seguido pelos sacadores do donativo voluntário prometido pelo povo em 1563.

([62]) *Elementos,* etc., tomo VII, pág. 440, ano 1673.

([63]) *Elementos,* etc., tomo VIII, pág. 54, ano 1674.

([64]) *Tombo de 1573,* livro 2.º, fls. 155 e 158.

([65]) *Livro do Lançamento,* etc., 1565, fl. 525 v.

Também nos séculos XVI a XVIII foi conhecida pela denominação de Rua dos Esparteiros, artífices que nela moravam ([66]).

Posteriormente recebeu o nome de Rua de S. Vicente ([67]) *(à Guia,* aditamento porterior ao terremoto), modernamente mudado para Rua Martim Moniz ([68]).

Chafariz da Rua de S. Vicente. — Nesta rua, no sítio ocupado pelo prédio moderno n.os 6 a 10, que esquina para a Rua da Mouraria, ou talvez no do imediato, foi construído, por 1779, um chafariz, Bica da Guia, destinado a substituir o do Neptuno do Rossio, condenado a ser demolido para se reconstruir este praça segundo um novo plano, tendo sido o chafariz, de facto, demolido em 1786.

Existe uma vista do Chafariz da Bica num album de desenhos de *Chafarizes e Bicas de Lisboa,* por Luiz Gonzaga Pereira (1828), que possuimos.

Para a Bica da Guia foi canalizada a água que alimentava o Chafariz do Rossio. Em 1836 foi a bica, por sua vez, transferida para a Carreirinha do Socorro.

Conjecturamos que a lápide com a caravela da cidade que estava na Porta da Mouraria, foi embebida, quando esta se demoliu, no muro do chafariz; e quando este foi substituído, no século XIX, pelo prédio que esquina da Rua da Mouraria para o actual Largo Martim Moniz, foi a lápide embutida na parede do prédio n.º 6 deste largo, como dissemos.

([66]) *Summario,* por C. R. de Oliveira, ed. de 1755, pág. 8, *Corografia Portuguêsa,* pelo P.e Carvalho da Costa, ed. de 1712, tomo III, pág. 409. — *Livro do Lançamento e Serviço,* etc., 1565, fl. 525 v. Aí se indicam os nomes de muitos esparteiros moradores na referida rua.

([67]) *Mappa de Portugal,* por J. Batista de Castro, vol. III, 1763, pág. 439.

([68]) Deliberação da Camara Municipal de 11 de Fevereiro, e edital de 14 de Outubro de 1915.

Ermida da N. S.ª da Guia. — Na desaparecida Rua de S. Vicente à Guia existia, ainda no meado do século XIX, uma Ermida dedicada a N. S.ª da Guia, cujo local era no leito da actual Rua da Palma, entre os dois prédios desta rua que esquinam para a Rua Martim Moniz.

Foi a ermida começada a construir em 1757, inaugurada em 8 de Setembro de 1759, e demolida em 1859 para a abertura do troço setentrional da Rua da Palma, desde a Rua Martim Moniz até ao Largo do Intendente ([69]).

Ela serviu durante 4 anos, desde 1792, de paroquial de N. S.ª do Socorro.

Local Alagadiço e Pantanoso ao Norte da Muralha. — Este lanço da muralha que atravessava o vale na sua parte mais estreita constituia um açude que represava as águas das enxurradas, as quais produziam por vezes grande inundações e importantes prejuízos materiais. Assim sucedeu em 1383, oito anos depois de concluída a cerca, em que a água represada atingiu metade da altura do postigo de S. Vicente ([70]).

É provável que se tivesse dado então remédio a este inconveniente, alargando-se a secção da saída das águas, mas os terrenos para montante, *onde se fazẽ grandes atoleyros*, ficaram sempre mais ou menos alagadiços.

Ponte sobre o Rego da Mouraria. — Como a urbanização do local progredia ràpidamente, um alvará régio de 2 de Dezembro de 1562 mandou construir aí uma ponte de pedra, estabelecendo também a forma de ocorrer às despesas da sua construção: *ponte nova que se ora fez sobre o rego do cano da mouraria* ([71]). A obra estava concluída em 1563, e impor-

([69]) *Historia verdadeira da Devoção á Senhora da Guia, Origem do seu culto; Instituição do Templo (extincto) da Guia;* etc. Pela Real Irmandade da Senhora da Guia, Lisboa, 1859.

([70]) *Chronica de D. João I*, por Fernão Lopes, parte 1.ª, ed. de 1644, pág. 344.

([71]) *Tombo de 1573*, livro 2.º, fls. 155, 158 e 163.